

**DO CONCEITO DE APARELHO EM VILÉM FLUSSER E DO
CAPITALISMO DE INFORMAÇÃO EM BYUNG-CHUNG HAN À
DUPLICIDADE¹ HUMANA: UM HORIZONTE PROVÁVEL?**

Juliana Tiburcio Silveira Fossaluzza²

Sem contato físico, não se formam vínculos. [...]. A era das coisas acabou.
(HAN, 2022, p.38)

Uno se despide insensiblemente de pequenas cosas
(Canción de Las Simples Cosas, Mercedes Sosa)

RESUMO: Este artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica, pós-doutoral, que tem como ponto de partida as inquietações vividas pela autora durante o auge do período pandêmico em que realizou a experiência educativa remota, mais especificamente, no ano de 2020 e início de 2021, numa instituição federal de ensino, situada no interior do estado de São Paulo, Brasil. A partir da experiência vivida, de transformação da práxis educativa em remota, desenvolvida no ensino superior em cursos de graduação de forma presencial, a pergunta fundamental que surgia naquele contexto se referia ao vir a ser da práxis educativa e das consequências da experiência remota para a educação formal. No entanto, à medida que a pesquisa, ainda inicial, vem se desenvolvendo, a questão do vir a ser da práxis educativa desembocou numa questão mais profunda sobre o vir a ser humano a partir da intensificação da relação sociotécnica em contexto pandêmico e que propicia, ao mesmo tempo, a possibilidade de fusão entre ser humano e aparelho digital, sendo o conceito de aparelho abordado na perspectiva de Vilém Flusser (1920-1991), um filósofo tcheco-brasileiro. O conceito de aparelho em Vilém Flusser é demasiado importante, e interessa o seu resgate, a retomada de seu pensamento, para que compreendamos hoje as tecnologias digitais não como meros instrumentos, mas sim como aparelhos, em que o ser humano vive à espreita, em sua função de, e como funcionário brinca contra o aparelho, esgotando suas virtualidades, sendo por ele dominado, pois como leigos não conhecemos a linguagem informática. É a passagem do *homo faber* para *homo ludens*, segundo Flusser. Nesse processo de transformação do ser social em algo que ainda não sabemos como identificar, o que defendemos, por meio do pensamento de Vilém Flusser e de Byung Chung-Han, é a hipótese da duplicidade humana, que consiste numa cisão a partir da fusão cada vez mais intensa entre ser humano e aparelho digital, como horizonte pós-histórico provável, e não desejável, da humanidade. Seria possível a desintegração humana a partir de sua degradação ontológica, no sentido histórico-social, da relação sociotécnica intensa e alienada com o aparelho digital?

450

Palavras-chave: aparelho em Vilém Flusser, relação sociotécnica, duplicidade humana, capitalismo de informação em Byung Chul-Han, degradação humana.

¹ A hipótese da duplicidade humana não idêntica em si, de cada dimensão do duplo, é inspirada também na obra literária de Fiódor Mikhailovitch Dostoiévski (1821-1881) denominada “O duplo”. Golyádkin, personagem da história, sofre de uma terrível doença social, a solidão, e mental. Com o aparecimento do duplo, como se fosse um gêmeo, mas com temperamento e atitudes completamente contrárias as de Golyádkin, este passa a revelar seu lado humano e solidário com o outro, que na realidade, não existe.

² Pós-doutoranda no Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE-UNESP), campus de São José do Rio Preto-SP, Doutora em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras - FCLAr/ UNESP - campus de Araraquara-SP, realiza pesquisa na área de Fundamentos da Educação, tendo como categorias de pesquisa: prática educativa na perspectiva da Metodologia da Mediação Dialética (MMD), memória-trabalho e política de docentes na Educação Básica e no Ensino Superior, ensino remoto tendo como suporte as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no contexto pandêmico de Covid-19, o referencial freiriano de educação e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. É Mestra em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras - FCLAr/ UNESP - campus de Araraquara-SP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8263-5493>. E-mail: julianatiburciofossaluzza@gmail.com.

FROM THE CONCEPT OF APPARATUS IN VILÉM FLUSSER AND INFORMATION CAPITALISM IN BYUNG CHUNG-HAN TO HUMAN DUPLICITY: A PROBABLE HORIZON?

Abstract: This article is the result of bibliographical research, post-doctoral, which has as its starting point the concerns experienced by the author during the height of the pandemic period in which she carried out the remote educational experience, more specifically, in the year 2020 and the beginning of 2021, at a federal educational institution, located in the interior of the state of São Paulo, Brazil. Based on the lived experience of transforming educational praxis into a remote one, developed in higher education in face-to-face undergraduate courses, the fundamental question that arose in that context referred to the becoming of educational praxis and the consequences of the remote experience for the formal education. However, as research, still in its infancy, has been developing, the question of the becoming of educational praxis has led to a deeper question about becoming a human being based on the intensification of the socio-technical relationship and the context pandemic, which provides, at the same time, the possibility of fusion between human being and digital apparatus, with the concept of device approached from the perspective of Vilém Flusser (1920-1991), a Czech-Brazilian philosopher. The concept of apparatus in Vilém Flusser is very important, and it is interesting to rescue it, to retake his thinking, so that today we understand digital technologies not as mere instruments, but rather as apparatus, in which human beings live lurking, in his function, and as an employee he plays against the apparatus, exhausting its virtualities, being dominated by it, because as laypeople we do not know computer language. It is the transition from *homo faber* to *homo ludens*, according to Flusser. In this process of transforming the social being into something that we still do not know how to identify, what we defend, through the thinking of Vilém Flusser and Byung Chung-Han, is the hypothesis of human duplicity, which consists of a split from the fusion that is increasingly more intense relationship between human beings and digital apparatus, as a probable, and not desirable, post-historical horizon for humanity. Would human disintegration be possible from its ontological degradation, in the historical-social sense, from the intense and alienated socio-technical relationship with the digital apparatus?

Keywords: apparatus in Vilém Flusser, socio-technical relationship, human duplicity, information capitalism in Byung Chul-Han, human disintegration.

451

Introdução

Este trabalho de pesquisa pós-doutoral tem sua justificativa, seu ponto de partida, na experiência educativa vivenciada pela autora numa das unidades do Instituto Federal (IF), localizada no interior do Estado de São Paulo, Brasil, que ocorreu durante os anos de 2019, 2020 até o início de 2021. Foram dois anos e um mês de profundo aprendizado, de envolvimento e de dedicação à prática educativa, de acolhida e de convivência com estudantes e colegas de trabalho, docentes, que estão guardados na memória. Foi uma experiência em que me *aderi* ao trabalho, de comprometimento.

A experiência vivida até o início do ano de 2020 se deu por meio de relações sociais que ocorriam predominantemente de forma presencial, refiro-me a reuniões de trabalho e aulas, porém essa experiência que até então se desenvolvia por meio da fisicalidade das relações sociais foi dura e, posso considerá-la, violentamente interrompida pelo período pandêmico por meio da disseminação da Covid-19. Esse fato que abalou a história da humanidade em pleno século XXI convém não ser esquecido, mas analisado, pois vem causando uma reviravolta na

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 13	n. 33	Maio - Agosto 2024	p. 450 - 488
--------------------------	--------	-------	--------------------	--------------

vida humana, acelerando e, ao mesmo tempo, aprofundando uma “ruptura” em nosso modo de ser e de estar no e com o mundo. Uma das consequências desse cenário ainda pandêmico é a reprodução do capitalismo de informação de forma mais intensa por meio dos aparelhos digitais que vêm favorecendo a reprodução do ser social por meio de relações sociotécnicas.

Numa das unidades do IF, minha experiência profissional acontecia em tempo e espaço demarcados e vínculos significativos com os estudantes puderam ser tecidos. Hoje, percebo o quanto e como o contexto pandêmico, que favoreceu a experiência remota, obstaculizou a possibilidade das pessoas se reunirem presencialmente em determinado lugar e tempo, e, pensando na educação formal, que é por meio da *reunião* presencial que a possibilidade de construção de um *vínculo* mais fortalecido com as pessoas pode acontecer, favorecendo a criação de um sentimento de pertencimento, de enraizamento, em última instância, de *comunidade*, nesse caso, de *comunidade educativa, escolar*.

O ambiente digital, em contrapartida, exige, em primeiro lugar, que cada indivíduo tenha em mãos um aparelho digital, um *smartphone*, por exemplo, e acesso à internet para que algum tipo de relação, de relação sociotécnica, possa se estabelecer. Sob a *ordem* digital, a disponibilidade de sair do lugar, da casa para o trabalho, de se deslocar até o outro é enfraquecida, inutilizada, descartada, *disponibilidade* que exige certo esforço humano que *predispõe* a uma convivência com as pessoas que pode se tornar qualitativamente significativa. A relação mediada pelo aparelho na educação formal, conseqüentemente pela tela, reduz o campo de visão, de percepção e de participação das pessoas conectadas, mesmo sincronicamente, e afeta a qualidade das relações, dos vínculos sociais, podendo ocorrer a *fragilização da natureza humano-social*, compreendida num sentido histórico-ontológica, de relações que se (re)produzem a partir do trabalho humano alienado, hoje trabalho humano-digital alienado. Quem vivenciou esse tipo de situação na educação formal por algum tempo em plena pandemia provavelmente compreenderá de forma mais profunda as linhas descritas acima.

Na educação formal, em pleno auge do período pandêmico, enfrentamos a suspensão das aulas presenciais e o desafio, que mais apareceu como alternativa única, de prosseguir com o processo educativo de modo exclusivamente remoto. Quem viveu esse contexto sabe o turbilhão de mudanças que tivemos que passar, estando a distância. Não há como negar foram mudanças que ocorreram literalmente da noite para o dia e não passaram incólumes, deixando em nós suas sequelas psicológicas, emocionais e, sobretudo, sociais.

No Instituto Federal, lembro-me de uma de nossas reuniões virtuais no período pandêmico em que um dos docentes havia dito uma palavra que chamou minha atenção quando conversávamos sobre as aulas na modalidade remota em que afirmou que se sentia num verdadeiro “monólogo”. Pensei muito sobre essa fala, nessa palavra, uma espécie de “definição”, diante àquela situação em que vivíamos distantes e angustiados e que naquela ocasião fez bastante sentido para mim.

No ano de 2023 fiz um convite informal a esse mesmo colega com a finalidade de conversarmos sobre como havia sido o retorno às atividades presenciais no mesmo Instituto, pois esse foi um momento que não vivenciei. O retorno foi paulatino, cuidadoso. Lembramos que docentes na ocasião da pandemia, no seu início, tinham visões distintas sobre o ensino remoto, havia aqueles que eram céticos em relação à experiência remota ou talvez mais desconfiados, e aqueles professores que acreditavam de certa forma que o processo educativo poderia prosseguir, diante de tal situação, a distância. Para minha surpresa, depois do auge do período pandêmico, no ano de 2021, quando as instituições escolares reiniciam o retorno às aulas presenciais cercadas de cuidados, os docentes mais engajados com o ensino remoto daquela unidade, são os primeiros a desejar o retorno que se concluirá no ano de 2022.

Lembro-me também no início do ensino remoto, que havia estudantes divididos, favoráveis e não ao ensino remoto, houve quem havia decidido realizar apenas parte das disciplinas, estudante que teve que trabalhar em pleno período pandêmico, que havia perdido familiar diante a disseminação do vírus, estudantes que se sentiam angustiados e tristes e que até mesmo se afastaram das aulas. Essas situações eram, ao mesmo tempo, perpassadas também pelas diferenças econômico-sociais, de classe, que se refletiu em quem tinha um aparelho digital ou notebook e conexão à internet e um lugar adequado para prosseguir com os estudos e em quem não tinha tais condições. Foi um período tenso, angustiante, em que o processo educativo remoto talvez não atendeu como deveria as necessidades educativas dos/as educandos/as, mas sim teve como finalidade última manter um vínculo, ainda que limitado, com alunos/as, visando o fortalecimento emocional com o intuito de resistirmos àquela situação particular.

O professor com quem conversei no ano de 2023, disse-me que ao retornar à instituição, às aulas presenciais, nunca havia “abraçado” tanta gente, uma atitude simbólica e significativa diante à circunstância vivida. *Gesto* compreensível.

Este estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e a hipótese aqui defendida é a de que estamos diante de uma questão histórico-ontológica crucial: a continuidade

humana na descontinuidade histórica, pois aprofundou em nós uma cisão mais complexa se compararmos à cisão levantada por Marx, aos 25 anos de idade, em 1843, por meio de seu texto “Para a questão judaica”, porém o texto marxiano aponta para uma cisão interessante. Embora o contexto fosse outro, na primeira metade do século XIX, tal divisão se refere à *duplicidade do ser humano* no trânsito de consolidação para a sociedade capitalista, da emancipação política do Estado, até então feudal, da religião. Marx (2009) trata em seu referido texto da cisão entre o *indivíduo egoísta* membro da sociedade civil, e o *cidadão*, parte da comunidade política abstrata. Se na sociedade feudal a vida política predominava sobre elementos da vida civil, a partir da emancipação política do Estado, os pressupostos desse Estado, que são elementos da sociedade civil (religião, cultura, arte, comércio etc.) passam a predominar, sendo conservados, reproduzidos, exatamente na esfera da vida civil. O Estado então “desvencilhado” da religião, como representante da comunidade política abstrata, garante a existência dessa mesma religião, assim como do mercado, na vida individual, particular. Para Marx (2009), o cidadão moderno, o indivíduo cindido no interior de si mesmo, não pode se realizar como e na comunidade humana autêntica porque o limite da vida comunitária sob o capitalismo é exatamente a forma abstrata de cidadania, uma forma contraditória e limitada que impossibilita por si só a superação de tal divisão.

Atualmente, vivemos um momento de implosão e de enfraquecimento das esferas pública e privada, especialmente, a partir do surgimento e da disseminação das redes sociais. Por meio da presença cotidiana massiva dos aparelhos digitais em nossas vidas, das relações sociotécnicas, tais relações influenciam capilarmente nossos modos de ser como indivíduo egoísta, burguês e cidadão, reduzindo-nos a hiperconsumistas, ambos, parte da cisão apontada por Marx, hoje cooptados pelo capitalismo de informação.

Nesse caso, a cisão, a duplicidade, apontada por Marx (2009) em pleno século XIX, quando aborda a questão do judeu do ponto de vista mundano, teria hoje adquirido uma nova configuração? O domínio do indivíduo egoísta, hiperconsumista, (auto)alienado, (auto)produtivo (Han, 2017), performático, hipercultural, hiperconectado à internet, às redes sociais, teria finalmente triunfado sobre o ser humano (burguês/ cidadão) cindido da época de Marx? Estaríamos, hoje, de maneira angustiante, perturbadora, vivendo o processo de degradação e, conseqüentemente, de desintegração do ser humano num sentido ontológico histórico-social? Agora, a cisão se configuraria entre ser ou não ser mais humano, possibilitada pelo domínio das relações sociotécnicas, provocadas pelo sujeito hiperconectado? *Cisão*

produzida exatamente pela “fusão” alienada entre ser humano e aparelho, criando outra qualidade de ser que ainda não sabemos exatamente como será?

Quando estava em pleno ensino remoto no IF, a pergunta que me angustiava era qual seria o vir a ser da educação formal, uma vez que fomos e nos obrigamos a transpor o processo educativo para uma modalidade *on-line*. Gravar intencionalmente aulas era algo inconcebível, pelo menos para mim. Porém, essa questão estava envolta numa preocupação mais profunda, com o nosso processo de vir a ser, com o nosso ser *humano-social*. Por isso, o objetivo desse estudo, ainda inicial, é refletir sobre nosso vir a ser no momento atual, tomada a reflexão como um ato humano, e como forma de resistirmos e reagirmos à *ordem* digital.

1. A definição de aparelho em Vilém Flusser (1920-1991): uma filosofia para a compreensão da “caixa-preta” (ou “buraco negro”?)

Neste estudo compreenderemos as tecnologias digitais, pensando especialmente no *smartphone*, por meio da reflexão filosófica de Vilém Flusser (2009) contida em seu conhecido ensaio “Filosofia da Caixa Preta”. Quando pensamos no *smartphone* esse se trata de um aparelho do qual somos hoje portadores ou *funcionários* (Flusser, 2009). É difícil caminhar por algum lugar em que as pessoas não estejam “mergulhadas” ou alienadas, disponíveis e brincando com seus aparelhos, procurando, como diz Flusser (2009), esgotar as possibilidades dos programas disponíveis em seus dispositivos eletrônicos.

Segundo Flusser (2009), o aparelho fotográfico é o primeiro, o mais simples, e o mais transparente dos aparelhos. O fotógrafo representa o primeiro funcionário e o mais fácil de ser analisado para o autor, porém é exatamente no aparelho fotográfico e no fotógrafo que se encontram os germes, as virtualidades características de um mundo pós-industrial. É na atividade fotográfica que já se encontra a *desvalorização do objeto e a valorização da informação* como *sede de poder* e a análise do gesto de fotografar, pode ser um exercício de análise da existência humana dessa sociedade hoje hiperaparelhada, compreendida no sentido pós-industrial pelo autor.

Mas como Flusser (2009) constrói de algum modo o raciocínio para chegar à conclusão acima? O termo aparelho é entendido como um “brinquedo complexo”, tão complexo que não poderá jamais, diz o autor, ser esclarecido, é “caixa-preta” (Flusser, 2009).

De acordo com Flusser (2009), etimologicamente, a palavra *apparatus* deriva dos verbos *adparare*, que significa prontidão para algo, e *praeparare* disponibilidade em prol de

algo. O primeiro verbo, diz o autor, representa estar a espreita e saltar a espera de algo, este sentido de “animal feroz” que está prestes a lançar-se sobre alguma coisa, que deve ser mantido para a compreensão do conceito de aparelho de Flusser, que admite que apenas a etimologia é insuficiente para entendermos o termo aparelho, o autor então sugere que recorramos à ontologia.

Objetos são produzidos por seres humanos. Uma matéria-prima retirada da natureza pode ser transformada em objeto, que fará parte da cultura, por meio do trabalho humano. Portanto, para Flusser (2009) aparelhos são parte de culturas. Esses objetos culturais portam em si valores e obedecem a determinadas intenções humanas, caracterizando tais objetos como instrumentos, tal como a câmera fotográfica. *Instrumentos*, segundo o autor, têm o papel de arrancar objetos da natureza a fim de aproximá-los dos seres humanos. Por meio do trabalho humano tais objetos são transformados e o resultado desse trabalho Flusser (2009) nomeia “obra”, o resultado do processo de produzir e informar matéria-prima retirada da natureza.

O autor afirma que *instrumentos são prolongamentos de órgãos do corpo humano e que os instrumentos simulam tais órgãos*: a enxada, simula o dente; a flecha, o dedo, o martelo, o punho e são compreendidos pelo autor como objetos “empíricos”.

A partir da Revolução Industrial, o ser humano passa a recorrer a teorias científicas para produzir instrumentos, estes passam a ser “técnicos”, tornando-se maiores e mais caros, produzirão de forma mais barata e numerosa, passando-se assim a ser denominados “máquinas”.

Segundo Flusser (2009), quando instrumentos se transformaram em máquinas a relação com o ser humano se inverte, pois no período que antecede à Revolução Industrial, os instrumentos cercavam os seres humanos e funcionavam em função destes, após a Revolução Industrial, as máquinas é que são cercadas por eles, boa parte dos seres humanos é quem passa a funcionar em função das máquinas. O ser humano se transforma, num sentido marxista, num apêndice da máquina. Antes, o ser humano era a constante da relação e o instrumento, a variável. Agora, a máquina passa a ser relativamente constante. De acordo com Flusser (2009), o tamanho e o valor das máquinas fazem com que uma classe passe a ser sua detentora: a dos capitalistas. A maioria que funciona em relação às máquinas é a classe do proletariado.

O autor menciona que embora o aparelho seja parte do “terreno industrial”, aquele já aponta para o “além do industrial”, caracterizando-se como “objeto pós-industrial” (Flusser, 2009). Segundo Vilém Flusser, “perguntas industriais” (marxistas), com suas respectivas

categorias são insuficientes à compreensão dos aparelhos, por isso a dificuldade em defini-los, pois não dispomos de categorias adequadas para analisá-los. A categoria fundamental do terreno industrial e pré-industrial é o trabalho humano, que transforma e informa objetos retirados da natureza com o propósito de atingir determinada finalidade e/ ou necessidade social. O objeto transformado é também parte da cultura, como afirmamos. Segundo Flusser (2009), instrumentos são necessários para a retirada de matéria-prima da natureza, instrumentos “trabalham” por meio de mãos humanas. *Aparelhos não trabalham*, não modificam o mundo, arrancam objetos da natureza e os *informam*. Ou, aparelhos não são compreendidos pelo autor no sentido tradicional do termo, não tem o mesmo significado de “instrumento”.

Flusser (2009) compreende que fotógrafos, assim como pintores, escritores, administradores não trabalham, mas *agem*, produzindo símbolos, manipulando-os, armazenando-os. O resultado desse tipo de atividade são *mensagens* e não obras: quadros, livros, fotografias não servem para serem consumidos, mas sim para informar. Quem realiza essas atividades dadas como exemplos não seriam trabalhadores, mas sim informadores. “Pois atualmente a atividade de produzir, manipular e armazenar símbolos [diferente do trabalho no sentido tradicional] vai sendo exercida por aparelhos.” (Flusser, 2009, p.22). E tal atividade vai, diz o autor, programando, dominando e controlando todo o trabalho tido no sentido tradicional.

Recorrendo ao exemplo da fotografia, o aparelho fotográfico já está programado, e é isso que o caracteriza como aparelho. As superfícies simbólicas que produz já estão inscritas previamente no aparelho por aqueles que o produziram. As fotografias, nesse caso, representam potencialidades realizadas inscritas no aparelho. Cada fotografia realizada diminui o número de potencialidades do aparelho e aumenta o número de realizações, ou, o programa vai se esgotando por meio da realização do universo fotográfico. Conclusão: o fotógrafo *age* em prol da realização do universo fotográfico e do esgotamento do programa do aparelho. O fotógrafo manipula-o, apalpa o aparelho, procurando sempre descobrir novas potencialidades. O fotógrafo “não trabalha com o aparelho, mas *brinca* com ele.” (Flusser, 2009, p.23, grifo nosso). E continua o autor, “Aparelho é brinquedo e não instrumento no sentido tradicional e o homem que o manipula não é trabalhador, mas jogador: não mais *homo faber*, mas *homo ludens*. E tal homem não brinca *com* seu brinquedo, mas *contra* ele.” (Flusser, 2009, p.24). Brinca de modo a esgotar o programa. Trata-se, diz Flusser (2009), de um *amálgama entre ser humano e aparelho*, de uma nova função. E, nesse caso, a capacidade do aparelho deve ser mais ampla que a do funcionário que procura esgotar o programa e nas potencialidades contidas no

aparelho, perde-se o funcionário, que funciona em prol de algo (o aparelho). A esse sistema complexo, impenetrável para o ser humano, Flusser (2009) chama, novamente, “caixa preta”.

O aparelho funciona em função, no caso da fotografia, do fotógrafo. Este, por exemplo, domina o *input* e o *output* da caixa, sabe alimentá-la e fazê-la cuspir fotografias ou símbolos ou informações. Porém, devido à sua ignorância dos processos contidos no interior da “caixa”, ele é então *dominado pelo aparelho*.

A fábrica de aparelhos fotográficos, diz Flusser (2009), é aparelho, num sentido mais amplo, programado para programar outros aparelhos. O parque industrial ainda representa programa programado para programar indústrias de aparelhos. O econômico-social é aparelho programado para programar o aparelho comercial, industrial e administrativo. O político-cultural é aparelho que programa outros aparelhos, econômicos, culturais, ideológicos etc., segundo o autor.

E o que torna o aparelho brinquedo não é sua característica como objeto duro, mas as virtualidades contidas no programa. E o que confere valor ao aparelho, de novo, não é seu aspecto material, mas as potencialidades programadas previamente contidas no aparelho. O símbolo é que passa a e ter mais valor.

Em relação ao *gesto* de fotografar por meio do aparelho, características podem se relacionar ao gesto de manusear o aparelho celular, o *smartphone*, Flusser (2009) delinea as seguintes características: é gesto “caçador”, retomando a etimologia da palavra apontada no início dessa parte do trabalho, aparelho e fotógrafo ou funcionário se confundem para compor uma “unidade funcional inseparável”; no caso da fotografia, o objetivo é a produção de fotografias, cenas, que passam a equivaler à realidade; tais cenas representam conceitos programados, conhecimento científico embutido no aparelho, especialmente em sua programação e permanecem na *memória do aparelho* e do fotógrafo. A realização da fotografia é permutação de conceitos não conhecidos, portanto, não apropriados pelo funcionário que brinca contra o aparelho. A estrutura do gesto, segundo o autor, é quântica, que significa uma série de hesitações e decisões claras (isso aconteceria em relação ao *smartphone*?) e distintas, que significam saltos de pontos de vista para pontos de vista. O motivo do fotógrafo é realizar cenas “informativas”, cenas novas. O interesse do fotógrafo está concentrado apenas no aparelho. Essas características, afirma Flusser (2009), se equivalem, se aplicam a qualquer “funcionário” e não apenas ao fotógrafo, que age “pós-ideologicamente” não se “agarra” a nenhum ponto de vista, exatamente o contrário para o autor, do que significa ideologia.

Mas se fôssemos pensar sobre o funcionário que funciona em prol do *smartphone*? A escolha desse aparelho digital é representativa, pois predomina como aparelho que está espalhado pelo mundo, é difícil encontrar uma pessoa pelos lugares que andamos que não esteja portando seu *smartphone*, pode estar à mão, no bolso ou na mochila, mas é certo, que o aparelho estará lá. Hoje, aparelho é prolongamento do corpo humano, da vida, é vida, mas como simulação de um órgão humano, o que o *smartphone* simularia? Não pode simular, pois não é caracterizado como *instrumento*, *pode ser tido como vir a ser do humano*, ainda incompreensível, porém já aparelho por meio do qual o funcionário reproduz relações sociotécnicas, relações sociais modificadas, transmutadas em cenas, em símbolos, em jogos, em informações, virtualidades contidas no *smartphone*. Como diz Flusser (2009) a relação entre significado e significante se inverte, predominando o segundo sobre o primeiro. A vida se reduz então a informações, a dados manipuláveis e armazenados em aparelhos, “caixas pretas” que se transformam em “buracos negros”. Desintegração do humano “sugado” pelo aparelho. Pelo menos sua tendência, a do aparelho, é nos sugar, prender ao máximo nossa atenção, nos distrair. A fusão representa uma “zona” perigosa e sua intensificação é uma espécie de “horizonte de eventos”, existente em buracos negros, sugando-nos e nos transformando em algo que ainda não sabemos identificar.

O funcionário do *smartphone* vive à espreita de seu aparelho, ação naturalizada, é provável que tenha perdido a noção de quantidade. Quantas vezes ao dia, consulta, fuça, manuseia quanticamente, saltando de um conteúdo a outro, de uma mensagem a outra, ao brincar com o programa de seu aparelho? Perde a noção de espaço-tempo, perde foco. Espaço-tempo diluem-se, confundem-se, mergulha o funcionário no aparelho, que é também fotográfico. O funcionário ao brincar joga com seu aparelho, mergulha num universo imagético, múltiplo em linguagens, produz fotos, sobretudo, de si mesmo, hiperexposição da imagem de si, destruindo a dimensão da vida privada, tem a necessidade constante de se expor publicamente e, em contrapartida, precisa de *likes*, criando “realidade” editada nas redes sociais, produz mensagens ansiosas e impulsivas por meio de aplicativos, salta de um conteúdo para outro, rola o dedo indicador pela tela por meio de movimentos de cima para baixo, de baixo para cima, de um lado para outro, *definhando a mão*. Muitos pontos de vista (vídeos, *podcasts* etc.) são apresentados pela Inteligência Artificial (IA) ao funcionário, que realiza, no trânsito quântico pelos conteúdos, as possibilidades do aparelho, como diz Flusser (2009), realiza *escolha programada*, cuspiendo *outputs*.

Ao brincar, ao jogar, em última instância, o jogo (o programa) do aparelho, o funcionário se descomprometeria com os desafios de uma vida difícil? Desprega-se, passando a não *aderir* à vida, das situações com que se depara em seu dia a dia? O funcionário, nesse caso, desliza o dedo pela tela, gesto superficial, e a nada adere mais verdadeiramente, não tem como referência um ponto de vista. Na descentralidade dos pontos de vista há angústia, ansiedade – diverte-se para a distração na sociedade atual, uma forma de aliviar a angústia - que se contrapõe a uma vida-processo, histórica. É a vida pós-histórica, pois há mudança de consciência (antes mesmo da formação de uma consciência crítica). O aparelho confunde o funcionário que nele está amalgamado, dominando-o, *fusão* que produz *duplicidade*, havia um tipo de ser social, especialmente, anterior ao período pandêmico, porém já em formação, agora, por meio da fusão com o aparelho que foi intensificada, propiciada pela pandemia, um salto foi dado em direção a um novo ser humano que está num processo de vir a ser, humano?

Em seu livro “O universo das imagens técnicas”, Vilém Flusser (2008) realiza interessante análise da imagem técnica produzida pelo aparelho e hipotetiza um futuro-presente cenário em relação à humanidade por meio da imagem técnica, que vaga na zerodimensionalidade. Mas o que isso representa?

A imagem técnica, a nosso ver, representa também *mediação de segunda ordem digitalizada*. As reflexões produzidas por Flusser (2008, 2009) estão à frente de seu tempo, e suas implicações para o humano. A mediação de segunda ordem, a imagem técnica, é compreendida de tal modo (a partir do âmbito da superestrutura), tornando opaco ou até mesmo inviabilizando a estrutura social, que a partir de Marx, compreende o trabalho humano como práxis e mediação central na produção de um mundo humanizado, cultural. Pensamos que é provável que até então não havíamos vivenciado a superestrutura e o poder de transformação que esta implica em nosso ser e consciência. Vivemos na mais pura e mole superficialidade, perdendo contato com o chão da história.

Flusser (2008) equipara a sociedade humana a um “formigueiro” apontando para um possível cenário futuro de uma sociedade informática telematizada que poderá formar um todo funcional indivisível, que o autor chama, de novo, “caixa preta”. Para nós, o aparelho se equipara também, como metáfora, a “buraco negro”, na relação amalgamada com o aparelho o ser humano se perde cada vez mais de si e diante sua *íntima relação com o aparelho* por este é “sugado”, fundindo-se com ele para, posteriormente, num futuro, desintegrar-se (?).

Segundo Flusser (2008), de maneira hipotética, um sistema cerebral ordenado ciberneticamente se formaria, no futuro, a partir de nossa conexão ou interligação das pessoas entre si por meio das pontas dos dedos a um supercérebro informatizado. Na realidade, o autor diz que “nossos netos” estariam assim interligados, sentados, solitários, cada um em sua cela, movendo teclados e fitando terminais. Robôs transportariam objetos fabricados automaticamente, fabricação automatizada, que terão como finalidade, tais objetos, manterem vivos os corpos atrofiados de nossos netos, auxiliando num processo de reprodução artificial de seres humanos. A cerebralização da vida estaria por conta do supercérebro (programado e até mesmo com capacidade, autonomia, para se autoprogramar, retroalimentar-se automaticamente por meio de nossos dados contando com uma alta capacidade de memória e de processamento) que, de acordo com o autor, terá como função computar imagens com os bits apontados pelas teclas em movimento. Os cabos que religariam “nossos netos” entre si a tais fibras do supercérebro também se ligariam a pequenos cérebros artificiais (seriam “netos artificiais”), e tal distinção entre “natural” e “artificial” se revelará neste momento pós-histórico, que representa a perda do ser humano de si, do trabalho também, se revelará funcionalmente inoperante.

461

O clima nesse tido de sociedade, reflete o autor, se assemelhará ao que vivenciamos em momentos de criatividade, diz ele, ao clímax de êxtase de si mesmo, ao clímax de uma sociedade emergente, da tecno-imagem, ao clima do sonho, da aventura. O supercérebro emanará “aura de imagens técnicas”, de “superfícies resplandecentes” (Flusser, 2008) e tal clima cumprirá a função do cérebro cibernético: “tornar-se brinquedo de um jogo criativo que tem seu propósito em si mesmo” (Flusser, 2008, p. 192). Porém, tal aura emanada da superfície não será capaz de envolver universalmente e de uma só vez toda a sociedade. Essa sociedade futura-presente é composta de superfícies minúsculas, os terminais, que resplandecerão, segundo o autor, nas células individuais desse formigueiro. “O universo das tecnologias se comporá de imagens individuais, todas interligadas, todas espelhando umas às outras, e todas tendendo a ficar sempre menores.” (Flusser, 2008, p.193). Um universo, segundo o autor, cósmico e particularizado, em que todos participariam desse mesmo universo, mas permanecendo cada um, solitário, no seu canto. A “aura das tecno-imagens” não emanará do formigueiro para fora, mas inversamente, de fora para dentro do próprio formigueiro. Essa “miniaturização do universo” permite, de acordo com Flusser (2008), várias interpretações ou até diríamos consequências. Uma delas seria a superação da distinção entre público e privado,

ou ainda, o que representa o fim da política tal como ainda a compreendemos. Ou, diz Flusser (2008), *liquidação de toda a ontologia*, as imagens técnicas não ocupam níveis de um real qualquer, mas são vivenciadas como “concreto”. Noções de “verdadeiro” ou “falso”, nesse caso, não fazem mais sentido. Tecno-imagens produzidas por aparelhos, pelas virtualidades que o programa permite, são tidas pelos funcionários como prováveis. A superficialidade é inquestionável.

Segundo Flusser (2008), as imagens aparecem como “relâmpagos”, tudo se dá na velocidade da luz, e como relâmpagos desaparecem. Mas podem ser tidas como “eternas”, pois estão armazenadas na memória do aparelho e podem ser imediatamente recuperáveis. Mergulhado no universo da imagem técnica o ser humano se emancipa da necessidade de olhar para cima ou para baixo, para a direita ou esquerda, para frente ou para trás. *A tela*, sua superfície ínfima, do aqui e agora, em que estão fundidos e reduzidos espaço-tempo, religa o ser humano a todos os outros, *concreticidade superficial*. Com todos os outros será possível criar o inconcebível e o inimaginável.

A telemática não seria, pelo contrário, abertura nunca antes sonhada rumo ao outro? Todos os homens do mundo estarão doravante ligados a todos os homens do mundo. Poderei doravante jogar xadrez com parceiro nos antípodas, graças às imagens telematizadas. Poderei reunir meus amigos espalhados no mundo inteiro em torno de uma mesa telematizada. Poderei sintetizar meus desejos, minhas ideias, meus projetos, junto com alguém no outro lado do mundo que nem sequer conheço, e que vou conhecer graças à telemática, e poderei fazê-lo sob a forma de imagem. Minha solidão frente à minha tela se abrirá em leque para se transformar em união cósmica jamais dantes imaginável. Por cima de todas as divisões geográficas, sociais, culturais precedentes, poderei doravante participar da comunidade humana. Por que então receio o isolamento frio? (Flusser, 2008, p.111)

462

O cenário descrito acima pelo autor já é por nós vivenciado e foi potencializado e naturalizado a partir do contexto pandêmico. Ele pode ser considerado realidade. Nossas relações dão-se hoje, mais do que nunca, por meio de aparelhos digitais, são relações sociotécnicas, concentramos nossas vidas (relações com familiares, colegas de trabalho, financeiras, de consumo etc.) em nossos *smartphones*, e ousamos dizer que esse movimento se intensificou a partir do contexto de pandemia de disseminação da Covid-19. Mas tanta conversação, informação, parece se converter em falação desenfreada, desinformação que se intensifica. Esta não cria vínculos fortes para que não nos sintamos solitários, isolados. É desintegração da comunidade humana em prol da sociedade informática telematizada, aparelhada. “É solidão frente à tela, a perda de todo contato ‘vivo’ com o outro.” (Flusser, 2008, p.111). O supercérebro tomando forma por meio da internet e da Inteligência Artificial (IA) (ou

inteligência superficial?) desresponsabiliza o ser humano diante de si, afetando suas funções psicológicas superiores (mobilização voluntária da memória, da atenção, da concentração) e, conseqüentemente, diante da vida. Sem contemplar o mundo, sem concentrar-se nele num tempo prolongado, *aderir-se* a ele, o ser humano torna-se incapaz de refletir sobre as situações presentes no mundo, situações que o provocam, que o cercam, de pensar, de aprender algo com sentido, de conceituar.

Flusser (2008) afirma que o desenvolvimento progressivo dos aparelhos se dá de forma veloz e que se torna humanamente impossível acompanhar tal curso. Perdemos o controle dos aparelhos, *estes se autonomizaram das decisões humanas*, mas não pelo programa humano inicial ter se apagado, este continua em funcionamento, é que os aparelhos passam por cima dessa primeira coincidência rumo a novas coincidências, até se esgotarem todas as possibilidades contidas no programa. Exemplos de tais aparelhos que escapam ao controle, Flusser (2008) menciona: aparelhos econômicos, culturais e, sobretudo, termo-nucleares, expandindo nossa compreensão sobre o conceito de aparelho.

É interessante as relações que o autor realiza a fim de analisar a sociedade emergente, futura, e as conseqüências ontológicas para nosso vir a ser. Flusser (2008) dialoga com a história e a filosofia humana, com conhecimentos científicos de áreas específicas como Química, Física, Matemática. O autor menciona que o modelo de história da cultura estaria assistindo à emergência do universo zerodimensional de *pontos* e a de uma consciência pós-histórica correspondente, ainda não formulável, compreensível.

Flusser (2008) afirma que os fios condutores (visões de mundo, metanarrativas) que ordenam o universo em processos e os conceitos em juízos estariam em desintegração “espontânea”, e não por terem sido cortados, rompidos. Mas isso tem se dado tão rapidamente que fica difícil à nossa consciência captar, compreender o atual (passado?) tempo em que vivemos. Talvez aqui o processo veloz de desenvolvimento dos aparelhos digitais, assim como de seus respectivos programas (tido em seu sentido amplo, de sociedade “aparelhada”), e o modo como os seres humanos vêm interagindo com os aparelhos possam nos assinalar alguma coisa.

Tais “fios condutores” estariam se desintegrando, talvez antes mesmo de terem sido entendidos pela maioria das pessoas como “fios condutores”. No marxismo temos a categoria trabalho como exemplo. A desintegração se dá exatamente por termos nos agarrado a eles (fios) e permitido que nos guiassem cegamente, de forma acrítica. No “núcleo do universo”, termos

chegado aqui por meio de tais fios condutores, descobrimos que nesse núcleo, de acordo com Flusser (2008), os processos causais e outros se desintegram e os “colares” (processos históricos lineares) se desfazem em partículas soltas, quânticas. E, termos seguido os fios até o núcleo do “nosso pensamento conceitual”, descobrimos mais, que as cadeias do discurso lógico se desintegram em bits, em *proposições calculáveis*.

Pensemos atualmente na programação da Inteligência Artificial (IA) como exemplo. Mas num sentido amplo e profundo, tal desintegração da linearidade nos obriga, segundo o autor, a um salto novo e ousado, pois a desintegração das ondas em gotas, dos juízos em bits, das ações em *actomas* desvenda o abismo do nada (Flusser, 2008). O abismo do nada para nós hoje enquanto humanidade é horizonte possível, porém não desejável. Os pontos nos quais tudo se desintegra (“buraco negro”) são imensuráveis, não têm dimensão, não sendo possível viver de forma consciente num universo vazio, desintegrado (nosso destino?). A “saída” é a integração dos pontos, é preciso que nos obriguemos a juntá-los, que tapemos os intervalos entre eles existentes, com o objetivo de concretizarmos o universo e consciência radicalmente abstratos. A imagem técnica, como fenômeno, nesse caso, seria uma resposta ao problema?

De acordo com Flusser (2008), as imagens técnicas são tentativas de juntar os elementos pontuais em nosso torno e em nossa consciência, formando superfícies, tapando os intervalos. Tentativas de transferir bits de informação, fótons, elétrons, para uma imagem. Para mãos, olhos e dedos tal ação não é possível. Porém, é preciso que se criem aparelhos que sejam capazes de juntar automaticamente tais pontos, mas a questão ontológica não se coloca para os aparelhos que, segundo o autor, funcionam de forma estúpida, dentro do campo das virtualidades (das possibilidades).

A “mathesis” do universo emergente e da consciência, desse modo, se reduz ao cálculo das probabilidades. Não mais fazer contas e nem contos (narrar), mas calcular probabilidades. Nesse caso, os termos “verdade” e “falsidade”, como mencionamos, passam a designar limites inalcançáveis. “A distinção ontológica [e ética e estética] a ser feita é aquela que se dá entre o mais ou menos provável.” (Flusser, 2008, p.26). Tudo já é cálculo de probabilidades. Os exames de pontos tendem, num cenário futuro hipotético, a se distribuir sempre mais uniformemente até perderem a “forma”, tendendo o universo a se “desinformar” até à morte (termodinâmica). Vazio. A “saída”, propõe Flusser (2008), “O desafio é o de agir contra o programa dos aparelhos no ‘interior’ do próprio programa. [...] *utilizar os aparelhos contra os próprios programas. É preciso lutar contra sua automaticidade.*” (p.30, grifos

nossos). Precisamos nos desautomatizar, frear a fusão que causa duplicidade, que nos transforma noutra coisa que não sabemos exatamente identificar.

1.1 Vilém Flusser e “A Escrita”

Nesta parte do texto compartilharemos as reflexões de Flusser (2010) acerca da escrita e seu vir a ser, seus desdobramentos numa sociedade informatizada, ou na compreensão do autor, denominada pós-industrial.

Flusser (2010) logo no início de seu livro “A Escrita: há futuro para a escrita?” afirma que “Antes de se perguntar como se poderia abrir mão da escrita, deve-se perguntar como se começou a escrever.” (p.25). A palavra “escrever”, segundo o autor, origina-se do latim “*scribere*” que significa “riscar” e a palavra de origem grega “*graphein*” significa “gravar”. Originalmente, diz Flusser (2010), escrever era o gesto de fazer uma incisão num objeto, uma ferramenta cuneiforme (“um estilo”) era utilizada para realizar tal incisão. O escrever é um gesto que organiza os sinais gráficos e os alinha, estes são direta ou indiretamente sinais para os pensamentos. “Portanto, escrever é um gesto que orienta e alinha o pensamento. Quem escreve, teve de refletir antes. E os sinais gráficos são aspas para o pensamento correto.” (Flusser, 2010, p.18). Escreve-se para colocar, diz o autor, o pensamento nos “trilhos”, organizá-los linearmente.

Segundo Flusser (2010) o escrever tem como objetivo conduzir o “círculo de vertigem do pensamento” ao pensamento orientado pelas linhas. Mas o que isso significa? Significa que, agora, a transição do pensamento mágico, pré-histórico, circular, imagético, a um pensamento histórico, linear, processual, foi confirmado pelas linhas. Nesse sentido, o escrever consiste em uma transcodificação do pensamento, que traduz o código da superfície bidimensional das imagens (pré-histórico) para o código unidimensional das linhas (histórico), do compacto e confuso código das imagens para o distinto e claro código da escrita. É o trânsito das imagens para os conceitos, das cenas para os processos, diz Flusser (2010), de contextos para textos. Quanto mais se escreve, quanto mais a escrita se desenvolve, mais se penetra os fundamentos das representações que estão guardadas em nossa memória para explicá-las, codificá-las em conceitos.

Sobre as “letras”, o autor afirma que o código alfanumérico é um conjunto de diversos tipos de sinais: letras (sinais para sons), números (sinais para quantidades) e um

número de sinais para normatizar o jogo de linguagem (pontos, aspas etc.) (Flusser, 2010), o código alfanumérico foi desenvolvido ao longo de séculos para a notação linear.

Sobre letras e números, segundo Flusser (2010), as letras são sinais para sons pronunciados, e os numerais são sinais para ideias, estes têm o poder de evocar imagens abstratas, mas só um olhar treinado é capaz de captar, de compreender tais sinais. As letras “codificam percepções auditivas”, os numerais, “percepções ópticas”. A neurofisiologia, diz o autor, comprova que as letras mobilizam funções cerebrais diferentes das mobilizadas pelos numerais e que as duas partes do cérebro se comportam de modo distinto ao ler letras e numerais. Com letras trata-se de discurso, com numerais, afirma Flusser (2010), de fatos. O movimento de leitura das letras é unidimensional, a de numerais, bidimensional.

O autor menciona que testemunhamos uma revolução que subjuga audição ao domínio da visão. É a revolução informática. Ele diz que o instrumento característico da mudança atual é o “contador”. O computador substitui de modo lento e irrevogável, hoje temos certeza disso, as funções espirituais do ser humano, uma após outra: calcular, decidir, prever, pensar de maneira lógica. E isso é terrível. “A ciência delinea, sob a influência desses numerais, uma imagem de mundo que é montada como um mosaico de pedrinhas [...] contáveis, e não só no nível da natureza sem vida (partículas de átomos)”, mas também no nível da natureza viva (genes) (Flusser, 2010, p.48).

O autor compara a sociedade em que atualmente vivemos a um mosaico, em que os elementos contidos em seu interior (indivíduos) se associam e se desvinculam uns dos outros de acordo com *regras calculadas*. Nosso pensamento é reduzido a um cálculo de elementos quantificáveis. Então, o que foi considerado até há agora processual, ondulatório, linear se decompõe em elementos pontuais, que em seguida são computados em curvas e estas são projetadas em qualquer direção futura. Isso significa que “Quando estamos diante de um problema – seja ele físico, biológico, social ou psicológico – não tentamos mais descrevê-lo, mas sim transformá-lo em um diagrama.” (Flusser, 2010, p. 48).

O autor afirma que não mais pensamos de forma linear, literalmente, mas sim, numericamente, não mais com a audição, mas com o predomínio da visão. E se ainda designamos as coisas por meio de nomes, isso deve ser considerado, diz o autor, parte do processo de transição. O mundo dos numerais, que já é uma realidade em nossos dias, é “muito mais duro e primitivo”. Nesse momento, abre-se mão, segundo Flusser (2010), do sistema decimal que organiza os numerais a favor do sistema binário infantil que domina os

computadores. “Essa *primitivização do mundo* dos numerais nos leva a considerar que não é apenas a inteligência humana que conta, mas a artificial. Essa inteligência é mais burra, contudo mais veloz.” (Flusser, 2010, p.49, grifos nossos). Essa primitivização do mundo atinge não somente a escrita, mas a fala. Como veremos mais adiante, também o próprio sistema de numeração, reduzindo-o a um sistema binário.

Flusser (2010) afirma que a inteligência artificial (IA) não é capaz de realizar as elegantes operações matemáticas que desenvolvemos ao longo de séculos. As operações atuais têm como único objetivo reduzir o tempo de que se precisava para adicionar de maneira obstinada números. A IA os adiciona com uma velocidade aproximada a da luz. Acontece então a *primitivização dos numerais*. O contar e a manipulação dos numerais, neste momento em vivemos, podem ser mecanizados. O ser humano brinca com o número e este o obedece, dá ordens ao computador e este as cumpre.

Segundo Flusser (2010) num futuro próximo, que já chegou, será possível, tanto em termos teóricos como práticos, manipular percepções auditivas em numéricas (digitalizá-las) e, como exemplo, o autor menciona a música eletrônica. Os números nos permitirão ver sons e ouvir imagens, num futuro próximo.

Sobre as letras,

As letras pertencem aos mais antigos originais culturemas que nós alcançamos. Suas formas originais sofreram reiteradas mudanças ao longo de três mil e quinhentos anos que se passaram desde sua invenção, mas são ainda reconhecíveis: por meio do “A”, ambos os chifres do carneiro semita (*‘aleph’* em hebraico), por meio do “B”, ambas as cúpulas da casa semita (*‘gimul’* em hebraico) [...]. As letras são imagens de uma cena cultural, como elas foram percebidas no vigésimo século antes de Cristo no Oriente Médio pelos criadores do alfabeto. Elas são pictogramas de coisas como carneiros, casas [...] (Flusser, 2010, p.53).

Retornando ao alfabeto, diz Flusser (2010), este é uma recusa da escrita ideográfica. Os ideogramas, diz ele, são sinais para “ideias”, para imagens apreendidas com o olho interior. Escrever deve explicar imagens, racionalizá-las. O pensar imagético, representacional, imaginário cede então lugar ao conceitual, discursivo, crítico. Escreve-se de maneira alfabética e não ideográfica. Os sons de uma língua são anotados. Quando falamos, dizemos “sobre” representações por imagens e “sobre” imagens. O alfabeto registra e disciplina essa transcendência em relação às imagens alcançadas por meio da fala, pois o alfabeto representa “partitura da língua falada”. “Escreve-se [alfabeticamente] para afirmar e amplificar o nível de consciência conceitual e sobreimagético, ao invés de sucumbir continuamente ao pensamento plástico” (Flusser, 2010, p.55) que caracteriza o falar da época anterior à invenção da escrita.

Segundo o autor, o alfabeto possibilitou o surgimento de discursos (a filosofia grega, a teologia medieval, a ciência moderna), pois sem o alfabeto esses discursos não seriam possíveis, não teriam se realizado, são discursos críticos, conceituais.

A língua falada aparece, de acordo com Flusser (2010), depois da invenção do alfabeto como preparação para a língua escrita e que o alfabeto teria sido inventado, sobretudo, para ensinar o ser humano a falar corretamente. Antigamente, diz o autor, os seres humanos, murmuravam e balbuciavam, produzindo uma corrente de som que saía pela boca em direção ao ouvido de outra pessoa, embora eles não fossem alinhados. Com o auxílio do alfabeto, o mítico galrear foi retificado, para que pudesse convergir ao longo de uma linha (e não serpentear em círculos) para que se tornasse competente, formulasse boas perguntas, soubesse dar ordens, narrasse boas histórias e explicasse bem as coisas. O alfabeto surge e substitui o falar mítico pelo falar lógico, assim como os pensamentos que lhes são correspondentes. O alfabeto foi criado, segundo o autor, para que se pudesse “pensar literalmente”. O alfabeto não registra a língua falada, ele regulariza, organiza aquilo que a língua quer dizer, o pensamento. “O motivo por trás da invenção do alfabeto foi superar a consciência mágico-mítica (pré-história) e garantir espaço para uma nova [histórica] consciência.” (Flusser, 2010, p. 61).

468

Em relação à escrita numa perspectiva da “tipografia”, Flusser (2010) compreende que é mais importante compreendê-la como uma nova maneira de escrever e pensar do que realmente como técnica para a produção de impressos ou método para disseminar informações alfanuméricas, e se esse padrão prático e teórico (a tipografia) não leva à superação da consciência histórica, pelo menos não ainda, mas de algum modo prepara o “terreno” para tal superação. A palavra grega “*typos*” quer dizer primeiramente “vestígio”. A palavra grega “*graphein*” quer dizer, num primeiro momento, lugar de “inscrever”, no uso comum, a palavra significa, portanto, escrever.

Tipografa-se, segundo o autor, desde que a escrita (especialmente a alfanumérica) foi inventada, Gutenberg não inventou nada, diz Flusser (2010), na realidade já por volta do segundo milênio a.C. podia-se tipografar. Já existiam antigamente os requisitos técnicos para realização de tal feito (prensas, folhas, tintas, assim como a arte de moldagem por fundição de metais). De acordo com Flusser (2010) não se imprimia, porque ainda não consideravam os sinais gráficos como caracteres. O pensamento tipificante não havia ainda se imposto à consciência daquela época. O autor menciona que o grande feito de Gutenberg teria sido a descoberta dos caracteres tipográficos criados com a escrita alfanumérica.

Para compreendermos o surgimento do “pensamento tipificante”, na disputa medieval sobre os universais, diz Flusser (2010), estava em jogo o problema da analogia. Por exemplo, explica o autor, o que fazemos quando comparamos uma mesa a uma cadeira? É preciso, nesse caso, descobrir alguma coisa em comum entre essas duas coisas, que sejam *típicas* a elas. Talvez a qualidade de “móvel” pode ser comum a elas. Esse posicionamento, segundo Flusser (2010), referia-se aos “realistas” (método indutivo, chegar ao universal por meio do particular). Agora, se essas duas coisas não possuem particularidades entre si que poderiam ser compatíveis, cria-se do nada nomes para tais coisas (“móvel”) e impõem-se uma analogia à realidade. A essa posição corresponde os “nominalistas”. Para os primeiros, o típico, o universal, o realmente oculto no particular que pode ser descoberto, para os nominalistas não há nada por trás do particular, e típico não é nada além de um nome inventado com o objetivo de realizar analogias. Essa questão, para Flusser (2010), não é apenas lógica, mas sim existencial, expliquemos isso nas linhas abaixo.

A tipografia teria então decidido, durante a era moderna, a disputa pelos universais a favor dos *realistas*, o que se tornou o axioma do pensamento moderno. A tipografia fez com que os tipos ficassem tangíveis, controlados e deslocou a crença platônica na realidade das ideias, de seu nível especulativo ao prático, tornando-se, a tipografia, suporte da ciência moderna.

Como exemplo, o autor menciona que o escritor da era que antecede Gutenberg considerava os sinais gráficos caracteres que tornavam visíveis um som particular de uma determinada língua. Ou ainda, para cada língua específica deveria existir um alfabeto particular, “pois o A latino representaria um som diferente do alfa grego” (Flusser, 2010, p.82). Existiam antigamente quatro alfabetos distintos, segundo o autor, lado a lado: o latino, o grego, o hebraico e o árabe, assim cada um tornava inteligível uma determinada língua de forma particular, não existindo um pensamento tipificante nesse período, de que os sinais gráficos eram “tipos” num sentido realista. Um alfabeto representava apenas uma determinada língua. O pensamento tipicante possibilitou, como exemplo, a representação da língua eslava com letras gregas, que uma língua germânica fosse representada com letras latinas e uma língua iraniana, com letras árabes, que se buscasse, portanto, uma universalidade por meio de algo que fosse compatível na particularidade por meio da analogia de certas línguas (pensamento realista). Foi esse tipo de pensamento que possibilitou a impressão, a “industrialização da escrita”.

Com a tipografia um dos problemas levantados é a questão do trabalho, que se refere à produção, para o autor, de coisas particulares, que passa a ser desprezado e considerado como uma atividade subumana. Deparamo-nos então com uma supervalorização do tipificar, da impressão, de uma atividade que passa a ser atribuída às máquinas. Segundo Flusser (2010), a tipografia pode ser tida como um “embrião” da Revolução Industrial, em que informações não devem ser impressas apenas em livros, como também em metais, plásticos e têxteis. Com Gutenberg, aqueles que escreviam ficaram conscientes de que *manipulavam tipos*, de que eram já “técnicos em informática”, porém “A revolução da informática torna a tipografia, o alfabeto e esse pensamento [tipificante] supérfluos.” (Flusser, 2010, p.87).

A tipografia vai sendo substituída pela programação e pela linguagem que lhe é correspondente, o que, para Flusser (2010), representa algo profundo, pois as transformações que acontecem ao longo da história da humanidade, apontadas pelo autor, implicam igualmente numa mudança de consciência. Se até aqui, até a era industrial, o pensamento é permeado pela linguagem (falada) e capaz de ser representado por meio da escrita, que se refere à linearidade, ao pensamento histórico, científico moderno, Ocidental, por meio de uma linguagem de programação, simples, binária, que consequências teríamos se pensarmos em nosso desenvolvimento humano?

470

O modo de pensar que emerge da revolução informática, segundo Flusser (2010), refere-se àqueles que programam aparelhos, que colocam novos sinais em campos eletromagnéticos, pessoas, programadores que “apertam teclas”, e não mais escrevem. A palavra “programa”, segundo o autor, é a palavra grega que equivale à palavra latina “*praescriptio*” e à alemã “prescrição”. Esses programadores, essas pessoas “escrevem” ou prescrevem para quem? Para nós ou para o aparelho? “Eles não escrevem de forma alguma em direção a um ponto final, dirigindo-se a outra pessoa, *eles escrevem muito mais para os aparelhos.*” (Flusser, 2010, p.89, grifos nossos). Descartabilidade do ser humano. O escrever, agora, se transforma em “programar”. E isso, segundo o autor, pode representar algo terrível. E representa. É degradação e, conseqüentemente, desintegração humana.

Flusser (2010) menciona que os novos códigos dos computadores são extremamente fáceis, porém fazer uso deles não é algo simples. São sistemas estruturalmente fáceis, mas funcionalmente complexos. Não sabemos operá-los.

A tipografia, como uma de suas conseqüências, provocou uma alfabetização geral, já com os novos códigos de computadores, não podemos dizer o mesmo, que dominaremos uma

linguagem de programação, por exemplo. Nesse sentido, Flusser (2010) afirma que nos tornaremos iletrados novamente. Surge, com isso, nova casta de letrados, os programadores, novas obras escritas (os programas de computadores), que são segredos para nós a ser desvendados, como na época que antecede a invenção da tipografia. Algo que é indecifrável. Para decifrá-lo precisamos aprender o “código secreto” (o código do computador). Diante disso, diz Flusser (2010), estamos horrorizados e apenas as crianças sem nenhum receio é que aprenderão brincando. O autor afirma que temos que tentar descobrir tal segredo do “escrever pós-tipográfico”, porém tentar fazermos isso de outra maneira, com nosso pensar tipográfico.

Se programar equivale a prescrever de algum modo, segundo Flusser (2010), sempre se escreveu aos seres humanos como se fossem “aparelhos”. Essa prescrição equivale a padrões de comportamento que foram prescritos ao longo da história aos seres humanos. Podemos pensar, como exemplo, no início, sobre as placas dos mandamentos como uma primeira prescrição de comportamentos que aproximam o ser humano a Deus, posteriormente, segundo Flusser (2010), criaram-se leis, decretos, ordens a partir dos mandamentos e outras formas injuntivas. A partir da revolução industrial que aparecem de fato prescrições, mas agora num outro sentido, se tratam de prescrições que dizem respeito ao *comportamento humano diante das máquinas*, são os ditos “manuais de instrução”. E com a revolução da informática, surgem os “programas”, prescrições direcionadas não aos seres humanos, mas apenas às *máquinas*, aos aparelhos. Esse desenvolvimento, diz Flusser (2010), já está completo.

Voltando à questão dos dez mandamentos bíblicos, Flusser (2010) afirma que esses eram, ou continuam, sagrados para alguns, tinham, ou ainda alguns, consideram seu autor, Deus, uma autoridade sobre-humana, mandamentos criados para nortear o comportamento humano, a quem assim desejar. No tempo em que vivemos, todas as prescrições mais recentes, sabemos que são feitas por seres humanos que manipulam outros tantos seres humanos e por meio dos “manuais de instrução”, mencionados, fica comprovado para Flusser (2010) que a finalidade de todas as prescrições é tornar o comportamento humano mecânico e automático. Quanto mais automáticas se tornam as máquinas, segundo o autor, mais as prescrições se tornam concisas até se tornarem supérfluas (livres de valores, despolitizadas) no “momento de total automação”.

A programação é prescrição característica de um comportamento funcional (transformação de proposições imperativas – você deve - em funcionais “se... então”). É funcionalização progressiva do comportamento, que se conclui nos programas, que substituem

as prescrições, não se prescreve mais aos seres humanos, mas sim, como dito, aos aparelhos. É descartabilidade do ser humano, do prescrever, do manipular. “Eles se comportarão tão automaticamente [seres humanos] quanto eles devem se comportar.” (Flusser, 2010, p. 93) e “que quando esse objetivo for alcançado, os seres humanos e a sociedade se guiarão como um sistema automático cibernético” (Flusser, 2010, p.93).

Se o encargo das prescrições, portanto, é transferido do ser humano a objetos inanimados, o primeiro fica então “livre” para se comportar como quiser, assim a programação visaria à liberdade humana. Liberdade?

Segundo Flusser (2010), aparelhos montam melhor automóveis, costuram melhor, gravam etc. Eles também pensariam melhor: calculam, desenham, decidem mais rápido e os seres humanos poderiam se concentrar em programar aparelhos. Mas há objeções, diz o autor, objeções que podem ser superadas. Uma delas é que nem todos os padrões de comportamento podem ser transferidos aos aparelhos, seriam aqueles que dizem respeito à “dignidade humana”, o autor cita então um dos mandamentos “honra teu pai e tua mãe”. Mas se esse mandamento for decomposto em (ato)mos e em seguida se forem calculados, computados novamente, justamente a esse processo de decomposição e re-computação que o autor denomina de programar, o comportamento mencionado, decomposto em átomos do tipo “alimente tua mãe enferma com arroz de leite”, os aparelhos, segundo Flusser (2010), se comportarão de modo mais rápido e preciso do que seres humanos. Objeção, portanto, que poderá ser superada. Superada numa perspectiva técnica, de programação é verdade, mas na visão do autor, poderá ser superada.

Uma segunda objeção, diz respeito à libertação do ser humano das obrigações do comportamento que resultará, para o autor, em total “servidão”. “Quando não existe nenhuma *necessidade* para comportar-se de alguma forma (para trabalhar, para ir, sentar, calcular, desenhar), todos os comportamentos tornam-se um ‘*acte gratuit*’” (Flusser, 2010, p.96, grifo nosso), um ato sem sentido. É na luta, diz Flusser (2010), contra a necessidade que a liberdade pode se desdobrar. A servidão se corporeifica, é a mesma, tanto num caso de dependência quando no de uma independência total. Deparamo-nos aqui com um problema: assim que estivermos completamente “livres”, vivendo numa sociedade automatizada, cibernética, contraditória (contradições não mais percebidas), que faremos? Estaremos funcionando em prol dos aparelhos? Sendo por eles completamente dominados?

Flusser (2010, p.98-99) diz que “Por meio da programação de tudo o que foi até agora escrito alfanumericamente, muito se ganharia, todavia o horror dos reacionários não pode de maneira alguma ser rejeitado simplesmente como algo inoportuno.”, pois, na realidade, se perderia, com a transcodificação do código alfanumérico em digital o que poderia ser considerado, e não só pelos reacionários, como o mais precioso no escrever: “*se perderia a língua falada como mediação entre pensamento e a escrita*. Os códigos digitais são ideográficos”, tornam conceitos (ideias) inteligíveis, não representam, portanto, ao contrário da escrita, sons da fala. Sendo assim, “*O pensamento se desligaria da língua, por ocasião da programação daquilo que foi escrito anteriormente com o alfabeto. E isso é terrível.*” (Flusser, 2010, p.99, grifos nossos). Emergiria, nesse caso, uma consciência matemática primitiva? O “programar emerge a partir do código numérico [binário], desliga-se dele e separa-se da língua falada. Isso nos dá o direito a algum pessimismo.” (ibidem, p.99).

A língua falada se desligará do alfabeto. Segundo Flusser (2010), discos, imagens, fitas que falam irão vociferar e inundar a sociedade (e já não inundam?). Até mesmo a IA aprenderá (já aprendeu) a falar. Esse falar novo será desenvolvido tecnicamente. O falar desvinculado do alfabeto nos levaria a um estado de selvageria, questiona o autor. A linguagem, afirma Flusser (2010), é a maior realização do espírito, as línguas são nossos mais preciosos tesouros, desenvolvidos ao longo da história da humanidade. Chegaremos num tempo em que nenhum livro poderá ser lido ou gravado para ser ouvido, como já ocorre nos dias de hoje, pois em algum momento deixarão de ser escritos? O que dizer da poesia? Será reduzida a vídeos? À imagem técnica?

De acordo com Flusser (2010, p.109-110) “Na situação pós-alfabética, não haverá uma elite com o compromisso de cultivar a língua. Por todos os lados, as pessoas serão abordadas oralmente e falarão em vão como nunca antes”. O falar, segundo o autor, será apenas um suporte, um auxílio, na realização dos códigos hegemônicos. Falaremos como gesticulam os napolitanos? Diante a preciosidade da língua, diz Flusser (2010), caso isso aconteça (já não está ocorrendo?), será uma infelicidade.

1.2 Tecendo fios para continuar a caminhada teórica

Explicitar as reflexões de Vilém Flusser (2008, 2009, 2010) realizadas no século passado, recuperá-las, é de extrema atualidade e importância. Suas reflexões dão suporte à tese/ hipótese aqui apresentada: a possibilidade de *duplicidade do ser humano*, acompanhada do

processo de degradação ontológica e, por fim, de desintegração humana dada a relação ou fusão amalgamada entre ser humano e aparelho.

A partir da pandemia observamos a intensificação da relação ser humano com aparelho, que se caracteriza como relação sociotécnica, possibilitando um contexto histórico que configura a fusão entre ser humano e aparelho e, portanto, sua duplicidade. Quem vivenciou um período de sua existência sem a mediação de aparelhos digitais, especialmente, dos *smartphones*, sabe que vivíamos uma vida com uma qualidade social distinta se compararmos aos nossos dias atuais, porém, especialmente, a partir do período pandêmico, do ano de 2020, no Brasil, parece-nos que se intensifica nossa relação com o aparelho digital.

Essa duplicidade superaria a cisão entre indivíduo burguês e cidadão, apontada por Marx (2009, 2010) na primeira metade do século XIX, incorporaria tal cisão e a superaria num certo sentido, pois aponta para algo mais profundo: para a *desintegração* de nosso ser ontológico, compreendido numa perspectiva do ser social e histórico, antes mesmo da concretização ou da possibilidade de concretização histórica da emancipação humana do ser social.

Estamos diante de transformações, talvez sem precedentes, na histórica da humanidade que atingem o próprio desenvolvimento dos seres humanos. Parte dessas transformações é relatada por meio das próprias reflexões de Flusser (2008, 2009 e 2010). Nunca falamos tanto em e *contra* os aparelhos. Estes não possuem apenas uma técnica implícita que é por nós desconhecida, conhecimento científico embutido. Vimos nas reflexões de Flusser (2010), acerca da provável superação da escrita pelo código informático, pela programação, que tal desconhecimento implica numa consciência acrítica e talvez até mesmo numa provável impossibilidade do ser humano aprender a lidar com transformações que ocorrem num ritmo alucinante. No descontrole há, por fim, uma intensificação do controle de nossas vidas, de nossos comportamentos, atitudes, modos de pensar num momento histórico de domínio dos aparelhos.

Romper a superficialidade da sociedade informática a fim de assumirmos as “rédeas da história” parece algo difícil, senão inconcebível. O que nos resta fazer? Agarrar-nos aos “vestígios” que nossa humanidade produziu socialmente para lutarmos contra a *primitivização* e barbarização da vida em nosso tempo? Compreender que o espaço-tempo de nosso desenvolvimento humano não se equipara ao espaço-tempo fluído, mole, superficial, confuso, alucinante dos aparelhos? Que não pode existir justaposição ou fusão imposta e naturalizada,

especialmente, a partir do contexto pandêmico, entre ser humano e aparelho? Reagiremos criticamente *contra* os aparelhos ao (re)conhecermos nosso estado de servidão?

A seguir, compartilharemos as reflexões do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han com o intuito de sustentar a hipótese/tese de duplicidade do ser humano em tempos de sociedade aparelhada (informatizada), de capitalismo de informação.

2. As contribuições de Byung-Chul Han para uma compreensão do capitalismo de informação: a caminho da duplicidade?

Nesta parte do trabalho, serão utilizados alguns ensaios do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2019, 2021, 2022, 2023) com o objetivo de aprofundar nossa reflexão sobre o atual cenário social em que vivemos.

Antes, retomaremos a discussão de Marx (2010) sobre emancipação política e emancipação humana, que se tratam, sobretudo, de horizontes históricos³ possíveis, existe uma importante passagem, apesar de se referir a outro contexto histórico, produzida em pleno século XIX, que nos ajudará a (re)pensar a *duplicidade do ser humano* como um momento que ora hipoteticamente nos encontramos.

Mas a comunidade da qual o trabalhador está isolado é uma comunidade inteiramente diferente e de uma outra extensão que a comunidade política. *Essa comunidade, da qual é separado pelo seu trabalho [pelo aparelho hoje?], é a própria vida, a vida física e espiritual, a moralidade humana. A essência humana é a verdadeira comunidade humana.* E assim como o desesperado isolamento dela é incomparavelmente mais universal, insuportável, pavoroso e contraditório do que o isolamento da comunidade política, assim também a supressão desse isolamento e até uma reação parcial, uma revolta contra ele, é tanto mais infinita quanto infinito é o homem em relação ao cidadão e a vida humana em relação à vida política. Desse modo, *por mais parcial que seja uma revolta industrial, ela encerra em si uma alma universal;* e por mais universal que seja a revolta política, ela esconde, sob as formas mais colossais, um espírito estreito. (Marx, 2010, p.75-76, grifos nossos)

A afirmação de Marx (2010) acima nos provoca a pensar o que realmente significa uma *comunidade humana* da qual estamos cada vez mais distantes, separados, por meio do modo como produzimos nossa existência pelo trabalho alienado (para quem ainda trabalha) e que hoje é marcado pela cobrança da produtividade chancelada pela ideologia da competência

³ Estes horizontes teriam se enfraquecido ou perdidos de vista pela sociedade? “Característico de hoje é a *desintegração do horizonte* [grifos nossos]. Desaparecem os contextos que dão sentido e identidade. Fragmentação, pontualização e pluralização são sintomas do presente. Valem também para a experiência temporal de hoje. Não há mais tempo que seja cumprido por uma bela tessitura de passado, presente e futuro, ou seja, pela história, por um arco de suspensão narrativo. O tempo fica *nu*, ou seja, despe-se da narrativa. Surge um tempo pontual ou um tempo-acontecimento que não pode conter muito *sentido* devido à sua falta de horizonte” (Han, 2019, p.93, grifos do autor).

que “[...] realiza a dominação pelo descomunal prestígio e poder do conhecimento científico-tecnológico, ou seja, pelo prestígio e poder das ideias científicas e tecnológicas.” (Chauí, 2021, p.57, grifos da autora), produzindo em nós uma sensação de incompetência, e que somente alguém capaz, competente, por meio do discurso tecnológico e científico poderá nos orientar em nosso modo de pensar e de agir nessa sociedade. Na passagem anterior, Marx (2010) aponta para a *vida*, a vida terrena, como comunidade. Mas, o que é a vida? A essência humana?

A passagem marxiana aponta para uma cisão profunda (ser humano x cidadão), na “vida” que levamos, produzimos nossa existência de forma contraditória e alienada atualmente, portanto, tal cisão não está superada, mas sim se aprofunda e se reconfigura. Mesmo diante de tamanho desenvolvimento rápido, alucinante, do mundo digital, muitas pessoas vivem em condições miseráveis de vida, sem trabalho, famintas no sentido material e espiritual, invisibilizadas, ou o exercendo de maneira precarizada, sofrendo as consequências de uma sociedade, como a brasileira, profundamente injusta e desigual. Estamos separados da possibilidade de vivermos uma vida em comunidade humana por meio da práxis produtiva, do trabalho, num sentido que nos humanizaria, nos possibilitaria um desenvolvimento espiritual, intelectual intenso, e fortaleceria nossos laços sociais. Portanto, estamos separados da vida, da possibilidade de vivê-la do modo mais digno possível, de uma sociedade em que a cada um seria dado de acordo com suas capacidades, e de cada um de acordo com suas necessidades (Marx, 2012).

A cisão entre indivíduo burguês e cidadão, essa cisão, parece-nos hoje ofuscada, bastante confusa, opaca, pois foi cooptada pelas redes sociais, pelo próprio capitalismo de informação, que cooptou ambas as dimensões da cisão, no sentido de transformar em *mercadoria* as próprias demandas de lutas, no caso da cidadania. Vejamos como exemplo simples, as propagandas que passam na televisão, nos aparelhos, em que a suposta valorização da diversidade humana está reduzida à mercadoria vendável.

Podemos nos considerar hoje seres que se realizam predominantemente por meio de relações sociotécnicas, exercendo um trabalho cada vez mais alienado e mediado pelos aparelhos digitais, com seus respectivos programas. No caso da educação formal, as relações sociotécnicas, mediadas pelo aparelho, influenciariam modos de ser e de estar no mundo de docentes e de estudantes. Perdemos de vista o *homo faber*, como Flusser (2009) apontou, e nos tornamos *homo ludens*, alguém disposto e que funciona em função de seu aparelho, que

“brinca” contra ele, na tentativa de esgotar suas virtualidades. Perdemos nossa humanidade. Degradamo-nos.

Portanto, estamos diante de uma questão histórico-ontológica que se desintegra, em que a possibilidade de realizarmos um trabalho humanizado, que colabore para o desenvolvimento de uma comunidade humana autêntica e a partir daí crie relações sociais que nos humanizem igualmente estão em xeque. A duplicidade que apontamos neste trabalho como hipótese/ tese trata exatamente de uma cisão, que se difere um pouco daquela apontada por Marx (2010), entre emancipação política e emancipação humana, agora, o duplo se explicita a partir do momento de intensificação da relação entre ser humano e aparelho (humanização até aqui possível– que precede o cenário pandêmico – e, a partir da pandemia, intensificação da relação sociotécnica entre ser humano com o aparelho, fusão em direção à desintegração do ser humano). Pensamos que isso ocorre especialmente a partir do contexto pandêmico (no ano de 2020), em que as relações sociais se realizaram predominantemente, não generalizemos isso, por meio dos aparelhos digitais (relações sociais com familiares, trabalho remoto etc.), transformações que já estavam em curso.

Talvez na história humana nunca utilizamos tanto as plataformas digitais a fim de realizarmos nossas atividades cotidianas e contactarmos pessoas como nos anos de 2020, 2021. A duplicidade se dá então como um horizonte “absurdo”, na perspectiva de Vilém Flusser, hoje possível à medida que o ser humano aparelha suas relações sociais, a vida social como um todo, informatizando-a, automatizando-a. Um duplo, em que um momento anterior à possibilidade de duplicidade se dá especialmente à geração de pessoas que viveram uma relação *não* intensa com os aparelhos digitais, pensando principalmente nos *smartphones*. Outra qualidade de ser se faz presente, sobretudo, nos dias de hoje, que se materializa no *homo ludens*, e sobre esse novo ser ainda não sabemos exatamente como será à medida que se funde cada vez mais com os aparelhos digitais.

Vilém Flusser [s.d.] num texto seu denominado “Tecnologia e Humanidades” afirma que o desenvolvimento da tecnologia é automático e despreza decisões meramente humanas e, portanto, que “somos da penúltima ou da última geração daqueles que são ‘homens’ no atual significado do termo.” Não é fácil para nós aceitarmos tal fato (da degradação humana), diz o autor, pois queremos compreender as tecnologias para podermos superá-las, libertamo-nos dela. Lembremos que o autor produz seus textos, ensaios, no século XX.

A partir dos séculos XIX e XX, segundo Flusser [s.d.], se torna quase palpável o “abismo”, que vem acompanhado pelo clima do “absurdo” e é nesse clima que o argumento científico do período mencionado é produzido, e acrescentamos, que se estende aos dias atuais. A *natureza*, nesse caso, se apresenta como *tendência*, traduzida pela linguagem matemática como vetores, como *processo*, que em certa medida se desfaz, e como virtualidade, ficções na qual algo pode se realizar. O resultado da aplicação do argumento científico desse tempo atual é a tecnologia. Esse argumento científico, para Flusser [s.d.], estaria dividido em quatro camadas, a saber: física, biológica, psicológica e sociológica. A primeira camada, física, se refere à transformação da matéria inorgânica em parque industrial. A máquina automática, automóveis, telégrafo, cinema, são as produções expoentes, exemplares, de um acontecimento histórico que consideramos de certa forma distante. Para Flusser [s.d.] há, na realidade, dois desenvolvimentos da física em que o impacto se delinea no horizonte e que se refere à superação do trabalho manipulador pela energia atômica⁴, e a superação do trabalho planificador e administrador pelos computadores.

Em relação às ciências biológicas quando aplicadas, essas marcam especialmente as transformações genéticas das espécies botânicas e zoológicas, “transformarão a humanidade em uma massa densa de centenas de bilhões de indivíduos a cobrir qual musgo movediço a crosta terrestre.” (Flusser, s.d., p. 2). Segundo o autor, a transformação genética da espécie humana imprimirá sobre essa massa uma estrutura inimaginável.

As ciências psicológicas, são aplicadas, diz Flusser [s.d.], na forma de propaganda política e comercial, na forma da psicanálise individual e coletiva que transformará, de acordo com o autor, a humanidade em massa com pensamentos, desejos e sensações planejáveis, numa massa condicionada e instruída. Já não nos deparamos em alguma medida com as consequências do “argumento científico” que permeia o tempo atual? Nesse estágio que o autor denomina de “felicidade planejada” a ética será uma disciplina superada.

As ciências sociais quando aplicadas transformarão a política em conjuntos de sentenças a serem manipuladas pelas regras da sociologia por computadores que serão máquinas de governar automaticamente. Nesse estágio, a economia será superada, os produtos e serviços serão gratuitos, pois serão isentos de valores, e termos como “justiça”, “liberdade” e

⁴ Neste material educativo elaborado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), podemos ver alguns exemplos de áreas (medicina, agricultura, indústria) em que é utilizada a energia nuclear, atômica. Disponível em: apostilas_cnen_1n.pmd (www.gov.br). Acesso em: 9 jun. 2024.

“amor” serão arcaicos. É diante de tal vislumbre hipotético de Flusser [s.d.] que também visualizamos a possibilidade da duplicidade humana, em que a segunda metade que se configura atualmente aponta para algo inimaginável e absurdo, para a “degradação humana”, por fim, sua desintegração.

Han (2022) também nos apresenta por meio de seus ensaios como a vida, a vida terrena, escorre pelos nossos dedos sob a égide do capitalismo de informação. Apontaremos aspectos dessa realidade que provavelmente tem provocado nosso processo de *desintegração*, envolto no trânsito da coisa para não-coisa, que tem enfraquecido nossa natureza humana e, ao mesmo tempo, a possibilidade histórica de emancipação do ser humano no sentido radical apontado por Marx.

A ordem terrena, a ordem da Terra, consiste em coisas que assumem a forma duradoura e formam um ambiente estável para constituir morada. Elas são aquelas ‘coisas do mundo’, no sentido de Hannah Arendt, às quais se atribui a tarefa de ‘estabilizar a vida humana’. Elas lhe dão sustentação. *Hoje, a ordem terrena está sendo substituída pela ordem digital. A ordem digital descoisifica o mundo ao informatizá-lo* [grifos nossos]. Décadas atrás, o teórico da mídia Vilém Flusser observou: ‘As não-coisas estão atualmente invadindo nosso ambiente de todos os lados, e estão suplantando as coisas. Essas não-coisas são chamadas de informação. *Hoje nos encontramos numa transição da era das coisas para a era das não-coisas* [grifos nossos]. Não as coisas, mas as informações determinam o mundo da vida. Nós não habitamos mais a terra e o céu, mas o *Google Earth* e *Cloud*. O mundo está se tornando cada vez mais incompreensível. *Nada é palpável e tangível*. (Han, 2022, p.11-12, grifos do autor).

479

O que acontece com nossas vidas, quando a elas são justapostas uma enxurrada de informações, descoisificando-as? Ou como diz Han (2022) saturando-as de informações por meio do uso dos *smartphones*? Antes de responder a essa questão, veremos o que significa capitalismo de informação, que é nesse contexto que o processo de descoisificação e, conseqüentemente, de degradação do mundo ocorre.

[...] é uma forma acentuada de capitalismo. Em contraste com o capitalismo industrial, ele também transforma o imaterial em mercadoria. A própria vida se torna *commodity*. *Relações humanas inteiras são mercadorias* [grifos nossos]. As mídias sociais exploram completamente a comunicação. [...]. O capitalismo de informação conquista cada canto de nossas vidas, de fato, nossas almas. As afeições humanas são substituídas por classificações ou gostos. Os amigos são, acima de tudo, contados. A própria cultura é completamente transformada em mercadoria. Mesmo a história de um lugar é retalhada como uma fonte de valor agregado por meio da narração de histórias. Os produtos são enriquecidos com microcontos. A diferença entre cultura e comércio está desaparecendo a olhos vistos. Os sítios culturais estão se estabelecendo como marcas rentáveis. A cultura tem sua origem na comunidade. Ela transmite valores simbólicos que compõem uma comunidade. Quanto mais a cultura se torna uma mercadoria, mais ela se afasta de sua origem. *A comercialização total e a mercantilização da cultura resultam na destruição da comunidade* [grifos nossos]. A

‘comunidade’ frequentemente invocada nas plataformas digitais é uma forma de comunidade *comoditizada*. A comunidade como mercadoria é o seu fim. (Han, 2022, p. 39-40, grifos do autor)

Num primeiro momento, destacamos que o próprio autor mencionado admite o processo de transição da coisa para não-coisa, de descoisificação do mundo, ao afirmar que a “ordem terrena” está sendo substituída pela ordem digital. Apontemos algumas consequências desse processo que Han (2022) compartilha conosco num de seus ensaios.

Um aspecto central atacado, porque subsumido pelo capitalismo de informação, é uma maneira capilar do capitalismo se reproduzir, é a comunidade da qual origina a cultura, essencial à formação de uma comunidade humana, produzida do ponto de vista marxiano, pelas relações sociais postas a partir do trabalho compreendido no sentido de práxis produtiva, mediação fundamental e fundante entre ser humano e natureza. Sabemos que numa sociedade capitalista o trabalho se dá de forma contraditória, alienada, embalado pelo discurso da produtividade e marcado cada vez mais pela *automação*. O trabalho, sob esse aspecto, vimos que degrada o ser humano, que realiza uma atividade seja predominantemente física ou intelectual cada vez mais sem sentido.

O capitalismo, no atual momento histórico, mostra sua capacidade de tudo subjugar a si e transformar em valor de troca, em mercadoria, inclusive, a informação, que dá forma a uma sociedade vigilante e totalitária controlando nossas vidas por meio de dados e informações que geramos ansiosamente por meio das plataformas digitais, deixando rastros dia a dia, perfilando um comportamento na internet que é utilizado e delineado por algoritmos que nos imporão como deveremos nos comportar não só na rede, mas na vida, reduzindo-nos a seres egoístas hiperconsumistas. Mas, há um aspecto ressaltado pelo autor que é a comoditização da cultura, que uma vez subsumida ao valor de troca, transformada em mercadoria, representa o *fim da comunidade*. O capital vende cultura, desvalorizando-a, esvaziando-a de sentido, ao sobrecarregá-la de informação. A agregação de valor a algo transformado ou reduzido a produto numa linguagem capitalista desvaloriza, ao mesmo tempo, esse algo, é o seu fim. Diante desse cenário, parece que ficamos cada vez mais distantes da possibilidade de nos emanciparmos humanamente no sentido apontado por Marx. Não bastasse a distância desse horizonte histórico, convivemos com o predomínio de nosso ser egoísta que se *distrai* no mundo, alienando-se, com seu *smartphone* na mão. Que componente alienante, poderoso, de distração que produzimos sob o capitalismo e que este soube utilizá-lo tão “sabiamente” a seu favor! É o funcionário em prol, disponível, a “brincar” contra seu aparelho.

Segundo Han (2022) a avalanche de informações coloca nosso sistema cognitivo em desassossego (o tempo-espaço de desenvolvimento do ser humano se difere qualitativa e quantitativamente do tempo-espaço, do modo de desenvolvimento, dos aparelhos, pois não somos aparelhos), deixando-nos mais impulsivos e ansiosos. De acordo com o autor as informações não são uma unidade estável. Atravessam nossas relações por meio dos aparelhos digitais e provoca uma *inconsistência* em nosso ser, *uma obsessão pelas informações e dados e não mais pelas coisas*. De acordo com Han (2022),

A revolução industrial consolida e expande a esfera das coisas. *Ela nos afasta apenas da natureza e do trabalho manual* [grifos nossos]. Somente a *digitalização* encerra o paradigma da coisa. *Ela subordina as coisas à informação* [grifos nossos]. Os *hardwares* são subordinados aos *softwares*. Eles são secundários em relação às informações. Sua miniaturização os faz encolher cada vez mais. A internet das coisas as transforma em terminais de informação. A impressora 3D priva de valor as coisas em seu ser. Elas são degradadas a derivados materiais de informação (Han, 2022, p.14-15).

A informatização do mundo transforma as coisas em *atores de processamento de informações*, segundo o autor. Ficamos cada vez mais aprisionados na infosfera, controlados e vigiados pelos infômatos que nos cercam. Tomando decisões algorítmicas, perdemos cada vez mais nossa liberdade, nossa autonomia. Vamos em direção desenfreada rumo à servidão (Flusser, 2010).

A informação acaba, por fim, por *deformar* a realidade. O caos informativo, a “entropia informativa” a que estamos submetidos, e que alimentamos a cada dia por meio de nossos acessos à internet, tudo isso, produz, simultaneamente, uma sociedade *pós-factual* (Han, 2022). Mas o que isso representa? Fatos estão associados à verdade, a verdade é *factual*. No mundo atual estamos inundados em informações por meio das quais não temos nos tornado mais sábios, nem mais detentores de conhecimento, pelo contrário, por meio do excesso de informação, o barulho, o ruído informativo, em nossa mente cresce, torna-se ensurdecedor e representa um processo de fuga do ser humano do silêncio, que nos obriga a ficar conosco. O excesso de informação, de falação das mídias, que provoca, ao mesmo tempo, hipercomunicação, coloca no mesmo patamar a verdade e a mentira. Estamos, como apontamos anteriormente, rumo a um tempo em que verdade e mentira não fazem mais sentido. De acordo com o autor, *fake news* são provavelmente mais eficazes do que fatos. *A verdade, de outro modo, representa estabilidade à vida humana*, expressa a ordem terrena, resiste à manipulação e à mudança, ela constitui fundamento da existência humana (Han, 2022). Vivemos num tempo em que a verdade deixou de ser importante. Além disso,

As práticas que demandam *dedicação de tempo prolongada* [grifos nossos] estão desaparecendo hoje em dia. A verdade também demanda dedicação de tempo prolongada. Quando uma informação segue no encalço de outra, *não temos tempo para a verdade*. Em nossa cultura pós-factual de excitação, os afetos e as emoções dominam a comunicação. Em contraste com a racionalidade, eles são muito inconstantes em termos temporais. Assim, eles desestabilizam a vida. *Confiança, promessa e responsabilidade* [grifos nossos] também são práticas que demandam dedicação de tempo prolongada. Elas se estendem além do presente para o futuro. *Tudo o que estabiliza a vida humana demanda dedicação de tempo prolongada. Fidelidade, vínculo e compromisso* [grifos nossos] também são práticas que demandam dedicação de tempo prolongada. *A desintegração das arquiteturas estabilizadoras de tempo* [grifos nossos], as quais incluem rituais, torna a vida instável. Para estabilizar a vida, uma *outra política de tempo* é necessária. (2022, p.22-23, grifos do autor)

Interessante pensar que tais práticas destacadas pelo autor estão impregnadas em dimensões de nossas vidas. Isso vai desde a fé em algo transcendente, ou a crença no poder da ciência e da tecnologia em prol da humanidade, perpassa o ser fiel a um referencial teórico, a um propósito de vida revolucionário, pelas ações com nossos entes queridos, pela educação das crianças, até o modo como praticamos nossa profissão. Tudo isso demanda, como afirma o autor, uma “política de tempo”, de dedicação.

Confiança, promessa, responsabilidade, verdade, fidelidade, vínculo e compromisso são práticas que podem se impregnar nas diferentes formas de práxis (produtiva, artística, política) e são produzidas por nós dependendo do modo como nos relacionamos com as coisas deste mundo. Parece que a velocidade com que passamos nossos dedos pela tela de um celular, a tela é lisa, não há atrito, possibilidade de aderência. O acesso diário a informações nas plataformas digitais gera o nosso desassossego no e com o mundo. Deixamos pouco a pouco de nos relacionar com as pessoas, com o mundo, e intensificamos nossas relações com os aparelhos. Relações sociotécnicas.

A tela, lisa, nos permite realizar certas atividades a distância, como estudar, podemos fazê-lo, mas isso acontecerá com certas limitações. A perda do espaço-tempo demarcados enfraquece nosso enraizamento e, provavelmente, nossa identidade. A velocidade com que o dedo percorre a tela (gesto simples) se impregna em nossas mentes, nas estruturas cognitivas, nas relações sociais e parece que as situações que vivenciamos sejam no ambiente familiar, no trabalho, se resolverão num instante, *velozmente*, instantaneamente, enfraquecendo a capacidade humana de *disponibilidade com o outro*, de enfrentamento, inclusive, das dores (físicas e/ ou psicológicas) diante de certos acontecimentos da vida. É a perda da vida como *processo*, como vir a ser *aderente*. É preciso que (re)criemos relações aderentes uns com os

outros, atritos, que não representam necessariamente conflitos, mas compromisso com determinada forma de existir. É necessário que façamos uma escolha sobre nosso modo de se realizar no e com o mundo.

Nesse sentido, Han (2021) nos adverte que hoje vivemos numa sociedade que é também paliativa,

[...], ademais, uma sociedade do *curtir* [*Gefällt-mir*]. Ela degenera em uma mania de curtidão [*Gefälligkeitwahn*]. Tudo é alisado até que provoque bem-estar. O *like* é o signo, o *analgésico do presente*. Ele domina não apenas as mídias sociais, mas todas as esferas da cultura. Nada deve provocar dor. Não apenas a arte, mas também a própria vida tem de ser *instagramável*, ou seja, livre de ângulos e cantos, de conflitos e contradições que poderiam provocar dor. Esquece-se que *a dor purifica*. Falta, à cultura da curtidão a possibilidade de catarse. Assim, sufocamo-la com os resíduos [*Schlacken*] da positividade que se acumulam sob a superfície da cultura da curtidão. (Han, 2021, p.14, grifos do autor)

Segundo Han (2021) a cultura da curtidão implica na “economificação da cultura e culturalização da economia”, ambos se fortalecem reciprocamente. A cultura do *like* produz em nós o *hábito*, para não dizer o vício, reforçando em nosso ser o comportamento de “alimentar” as redes sociais continuamente por meio da publicização de gostos, pautas de luta (expressão da cidadania contemporânea), de experiências de vida que, ao mesmo tempo, passam a ser cooptados pelo capitalismo de informação, economificando-os, gerando a nosso respeito informações que serão utilizadas pelo mercado global, nesse processo o capitalismo também se culturaliza, nada escapando a seu poder hoje capilarmente distribuído pelo *smartphone*. O controle de nossas vidas e mentes passa a ser milimétrico e, portanto, eficaz. A economificação da cultura, portanto, implica no fim da comunidade, na sua destruição, e nos distancia da possibilidade histórica de desenvolvimento de uma comunidade autenticamente humana por meio da ilusão de liberdade que estaria na palma de nossas mãos. Pura distração.

Han (2021) também fala sobre a vontade incondicionada de combater, nos dias de hoje, a dor, e essa vontade faz esquecer que a dor é socialmente mediada. Segundo o autor “A dor reflete rejeições socioeconômicas que se inscrevem tanto no psíquico como também no corporal. Analgésicos, prescritos em massa, ocultam relações sociais que levam à dor” (Han, 2021, p.29). A questão que aqui se apresenta sob o capitalismo de informação - que gera uma lógica de vida bárbara, insuportável, desumanizadora em relação à possibilidade de uma vida autenticamente humana – é a medicalização e a farmacologização da *dor*. Segundo Han (2021) ambas impedem que a dor fale, *se* uma crítica, pois retiram dela, da dor, seu caráter social, provocando-nos, uma insensibilização induzida por medicamentos, por meio do qual a

sociedade paliativa, que só quer curtição, *likes*, a aceitação de certas atitudes e comportamentos privados publicizados nas redes sociais, se torne imune à crítica, provocando uma “anestesia social”, que impede o conhecimento, a reflexão e que reprime a verdade. O autor destaca que mídias sociais e jogos de computador também atuam como anestésicos na sociedade paliativa. *Homo ludens* substitui *homo faber*.

A dor, segundo Han (2021), acentua a autopercepção. “Ela delinea o si.” Dá contornos. O crescente comportamento autoagressivo ou a prática de esportes extremos e comportamentos de risco, podem representar uma tentativa desesperada de muitas pessoas, incluindo aquelas que se sentem depressivas, se assegurarem da própria existência. Nesse caso, se sentimos dor, logo existimos. Sem a cultura da dor, o que resta é a barbárie e a busca de um sentimento de vivacidade se voltará a estímulos bastante fortes como drogas, violência e terror.

Nos escritos de Han (2019, 2021, 2022) observamos o processo de perda do ser humano de si imerso na infosfera, no universo digital. Vimos que há um descomprometimento por parte do ser humano com elementos/ práticas que impregnam atividades e formas de práxis que dão sustentabilidade à vida (verdade, fidelidade, promessa, vínculo, compromisso etc.). Esse processo que rumo à possível desintegração do ser humano representa para nós, ao mesmo tempo, uma duplicidade. A produção de um ser que está surgindo a partir da fusão cada vez mais intensa com os aparelhos que o cercam, especialmente, com o *smartphone*.

Na sociedade informatizada, predominantemente automatizada, cibernética (Flusser, 2010), há lugar para o ser humano? Diante das reflexões com que nos deparamos até o momento o que se manifesta é certo pessimismo, horror e reação contra o atual cenário com que nos deparamos. Mas se há ainda esperança, há tentativa de encontrarmos uma brecha que nos possibilite algum respiro o mais consciente possível, ainda que num primeiro momento estejamos sozinhos.

Considerações finais

Ao longo do trabalho de pesquisa pós-doutoral, por meio de textos, de artigos produzidos, foi possível refletir, de modo cada vez mais profundo, sobre a questão atual das tecnologias digitais. Tais tecnologias permeiam o mundo do trabalho, especificamente, da educação formal, assim como influenciam nossas vidas num sentido amplo.

Vimos, neste estudo, que um dispositivo digital, como o *smartphone*, com seus programas, transcende a visão de senso comum que equipara os dispositivos digitais a

instrumentos. Neste caso, o conceito de aparelho em Vilém Flusser (2009) contribui para que compreendamos os dispositivos digitais como *aparelhos* que possuem uma linguagem própria, de programação, que se difere qualitativamente da escrita, linguagem que, por meio do *smartphone* e do gesto de deslizar o dedo sobre a tela do aparelho, exerce sobre nós um poder de dominação, sem dúvida, eficaz.

Flusser (2009) nos compreende, uma vez leigos em relação à programação digital, como *funcionários*, como alguém que passa a viver à espreita, em função de seu aparelho, é a vida humana reduzida a um estado não só de dependência, mas de *servidão digital*, em que a própria pessoa se autoaliena ao reproduzir, zigue-zagueando pelos programas de seu aparelho, relações alienadas e alienantes denominadas *relações sociotécnicas*, que têm seu ponto de partida na interação entre ser humano e aparelho digital. Estas relações se caracterizam como mediações de segunda ordem, alienadas e alienantes, que se sobrepõem, por exemplo, às relações de trabalho. Porém, mais do que isso, são relações que penetram, influenciam nosso modo de ser, de pensar e de estar no e com o mundo. Fato é que estamos menos pacientes, mais ansiosos, menos aderentes à vida, atribuindo à mentira, à falsidade um *status* de verdade. Vivemos em meio a um caos.

Por meio de algumas ideias de Vilém Flusser e de alguns ensaios de Byung Chung Han aqui apresentados, foi possível o desenvolvimento de argumentos reflexivos que dão sustentação à hipótese de *duplicidade humana*, uma possível categoria, dada nossa condição humana atual e seu vir a ser, especialmente, a partir do cenário pandêmico de disseminação da Covid-19, em que passamos a ter uma relação mais intensa com os aparelhos digitais, especialmente, em relação a quem precisou trabalhar remotamente, como os professores, que tiveram que transpor sua atividade educativa para o ambiente digital, aparelhando-a ao ofertá-la remotamente.

Acreditamos que a partir das reflexões de Flusser aqui apresentadas, o ser humano se degrada cada vez mais, a partir das relações sociotécnicas, do ponto de vista histórico-ontológico do ser social, podendo até mesmo chegar à sua desintegração, considerando sua essência social, um ser constituído a partir, sobretudo, da fisicalidade de suas relações sociais, da presença e disponibilidade com o outro, ser humano. O contexto em que vivemos, sob o capitalismo de informação, enfraquece a possibilidade histórica de nos constituirmos como comunidade humana autêntica, tal como apontou Marx (2009) ao analisar as diferenças entre emancipação política e emancipação humana, dois horizontes históricos, sendo que a

emancipação humana nos parece um horizonte nos dias atuais pouco possível, mais distante de ser por nós desenvolvido por meio de um processo revolucionário, porém deve ser considerado ainda como possibilidade histórica.

Sobre o enfraquecimento ou até mesmo a perda de nossa capacidade de aderência à vida, acrescentamos que, de acordo com Han (2023), tendo em vista a comunidade humana, na era do *smartphone*, estamos perdendo também nossa capacidade de narrar. O autor afirma que a comunidade narrativa, podemos considerá-la como uma das dimensões da comunidade autenticamente humana, é formada por ouvintes atentos. Em contrapartida, perdemos nossa capacidade de narração, nos dias de hoje, que pressupõe paciência tanto para a escuta como para a própria narração. Esta se diferencia da informação.

O aparelho digital, como o *smartphone*, permite, de acordo com Han (2023), apenas a troca rápida de informações. A narração demanda, pelo contrário, que as pessoas, ao narrarem suas histórias que as conectam a outros seres humanos, desenvolvam a empatia.

O autor menciona também que o gesto de digitar e deslizar não é um gesto narrativo e que, portanto, a informatização da sociedade acelera sua desnarrativização. A narração vai sendo substituída por uma espécie de falação que interfere em nossa capacidade de comunicação, pois a informação, segundo Han (2023), é cumulativa e aditiva e não é portadora de sentido como ocorre com o ato de narrar. “Estamos, hoje, portanto, muito bem-informados, mas *desorientados*. [...], a informação fragmenta o tempo em uma simples sequência do presente. A narração [...] produz um contínuo temporal, ou seja, uma história.” (Han, 2023, p.14, grifo nosso). E acrescenta que as narrativas são criadoras de coesão social, pois contêm sentido e transportam valores que são constitutivos de uma comunidade. Esse tipo de narrativa, segundo Han (2023), se contrapõe essencialmente à narrativa neoliberal, que impede justamente a formação de comunidades. Esse tipo de narrativa traz em si, reproduz como discurso, o desempenho, no sentido de cada um ser um empreendedor de si. Nesse estado, todos estão contra todos, não há, portanto, solidariedade, empatia, possibilidade de criação de um Nós. Além disso, a narrativa neoliberal também defende a otimização de si mesmo, da autorrealização, da autenticidade que, por fim, desestabilizam a sociedade, pois tal narrativa ao ser reproduzida por meio de nossos atos, por meio do trabalho, isola-nos uns dos outros. Numa sociedade em que cada um é sacerdote de si mesmo (Han, 2023), em que cada um reverencia religiosamente a si, quando as pessoas são instigadas e se sentem obrigadas a ser produtivas, a *performar*, a reverenciar a si, não há possibilidade histórica de nenhuma comunidade estável

ser desenvolvida. É o fim da comunidade, uma vez que esta foi esvaziada de sentido e reduzida pelo capitalismo de informação à *commodity*.

As consequências das relações sociotécnicas em nossa existência, seu impacto em nossa estrutura cognitiva, são refletidos pelos autores que mencionamos aqui. A fragilidade da essencialidade humana, a partir da intensificação da relação sociotécnica dos seres humanos com os aparelhos digitais, até chegar a um ponto de fusão, poderá produzir uma cisão em nós, em nosso ser social, como seres humanos. Não sabemos exatamente no que iremos nos tornar daqui em diante. Isso faz mais sentido às gerações que viveram parte de suas vidas sem a mediação dos aparelhos digitais, como o *smartphone*, em sua infância, adolescência, por exemplo. Porém, a hipótese aqui traçada como provável horizonte pós-histórico para a humanidade se coloca como outro cenário possível, provável, porém não desejável por nós, pois poderá ser desolador.

Trata-se então de uma escolha que representa, ao mesmo tempo, um *espaço de recolhimento, de proteção e de reflexão* contra o que acontece em nossa sociedade atual. Trata-se também de um despertar vigilante contra o modo como utilizamos e empregamos os aparelhos digitais em nossas vidas, mesmo considerando nossa margem estreita de manobra, de liberdade. Esse despertar vigilante reclama a necessidade de uma reação, que assume a forma de luta, pelo direito à nossa humanidade. Reação ao duplo pode representar a negação contra nossa própria degradação humana. Acordemos, e estejamos atentos e atentas. Nosso fim, estaria próximo?

487

Referências

CHAUÍ, M. **A ideologia da competência**. In: ROCHA, A. (Org.). *A ideologia da competência*. 1. ed.; 2 reimp. - Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 53-58.

DOSTOIÉVSKI, F. **O duplo**. Tradução de Paulo Bezerra; desenhos de Alfred Kubin. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

FLUSSER, V. **O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade**. São Paulo: Annablume, 2008.

FLUSSER, V.. **Filosofia da Caixa Preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. Rio de Janeiro: Sinergia Relume Dumará, 2009.

FLUSSER, V.. A escrita - **Há futuro para a escrita?** Tradução do alemão por Murilo Jardelino da Costa. São Paulo: Annablume, 2010.

FLUSSER, V.. **Tecnologia e Humanidades**. [S.L.: s.n.], [19--].

HAN, B. C. **Sociedade do Cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. 2ª ed. ampl. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

HAN, B. C.. **Sociedade paliativa: a dor hoje**. Tradução de Lucas Machado. 1. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021.

HAN, B. C.. **Não-Coisa: reviravoltas do mundo da vida**. Tradução de Rafael Rodrigues Garcia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

HAN, B. C.. **A crise da narração**. Tradução de Daniel Guilhermino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

MARX, K. **Para a questão judaica**. Tradução de José Barata-Moura. – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.. **Glosas críticas marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social” de um prussiano**. – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K. **Crítica ao Programa de Gotha**. Seleção, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.